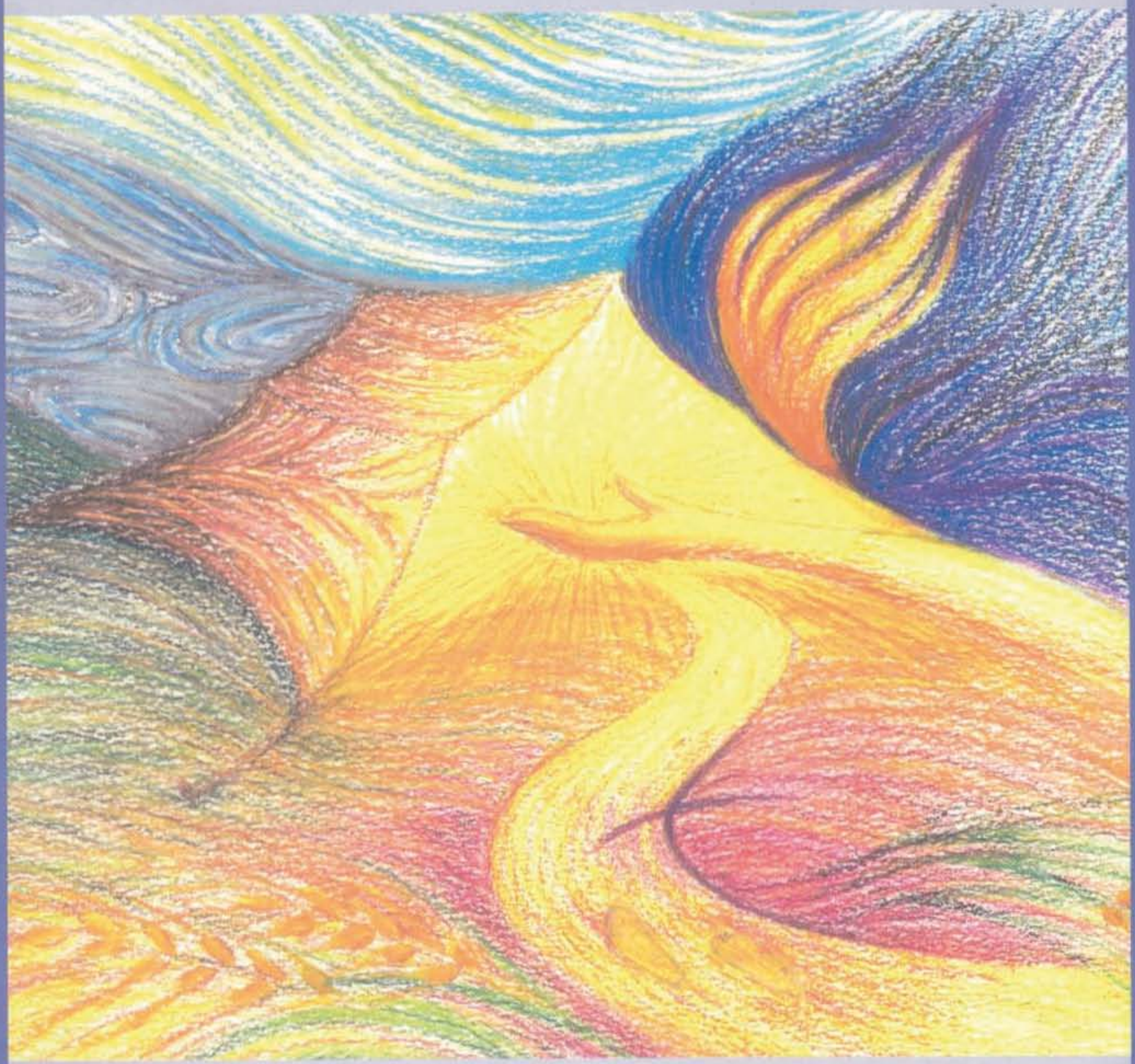
Março 2006 • Ano XLI • Nº 390

ISSN 0010-8162

CONVERGÊNCIA



- Deficientes físicos na Bíblia
- Por uma Igreja conciliar e pluralista
  O Vaticano II, o diálogo inter-religioso e a Vida Consagrada
- Doutrina social da Igreja, solicitude social,
  políticas públicas e conjuntura sócio-política nacional
- VI Fórum Social Mundial
  Um mundo democrático-participativo
  e socialista em construção

CRB

Sumário

EDITORIAL 65

PALAVRA DO PAPA 69

INFORME CRB 72

ARTIGOS 79

Deficientes físicos na Bíblia 79
Luis I. J. Stadelmann, SJ

Por uma Igreja conciliar e pluralista
O Vaticano II, o diálogo inter-religioso e a Vida Consagrada 94
Marcelo Barros

Doutrina social da Igreja, solicitude social, políticas públicas
e conjuntura sócio-política nacional 103
Frei Marcio Henrique Pereira, ofm

VI Fórum Social Mundial
Um mundo democrático-participativo e socialista em construção 119
Frei Gilvander Luís Moreira e Delze dos Santos Laureano

A ilustração da capa da Convergência de 2006, da artista Eleanor Corrêa Lanes, ICM, Itaguaí-RJ, evoca o ícone da itinerância do povo de Deus e do Deus do povo. A Vida Religiosa, itinerante e solidária, de pés ligeiros e mãos abertas, caminha na fidelidade ao Espírito, que faz novas todas as coisas.
O projeto gráfico da capa foi elaborado na Letra Capital Editora.

CONVERGÊNCIA
Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB
ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL:
Ir. Maris Bolzan, SDS

REDATOR RESPONSÁVEL:
Pe. Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:
Coordenadora:
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho Editorial:
Ir. Aíla Luzia Pinheiro de Andrade, NJ
Pe. Francisco Taborda, SJ
Pe. Jaldemir Vitório, SJ
Pe. Cleto Caliman, SDB

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar
CEP 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 2240-7299
Fax (21) 2240-4486
E-mail: crb@crbnacional.org.br

PROJETO GRÁFICO E PRODUÇÃO:
LetraCapital Editora
Av. Rio Branco 257 - Salas 401/402
CEP 20040-009 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 2215-3781
Fax (21) 2224-7071
E-mail: letracapital@letracapital.com.br

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do PDF sob o nº P. 209/73

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura Anual para 2006 | Brasil: R$ 80,00
Exterior: US$ 80.00 *ou o correspondente em R$ (Reais)*
Números avulsos: R$ 8,00 ou US$ 8.00

- CRB -
- BIBLIOTECA -
R. Alcindo Guanabara, 24/4º- Cinelândia
Cep 20038-900 - Rio de Janeiro - RJ
10 MAR 2006

Evangelização e inclusão

Maria Carmelita de Freitas

A hegemonia do poder econômico e as inexoráveis regras do capitalismo neoliberal excludente se impõem cada vez mais no mundo atual e influenciam de maneira drástica o comportamento humano e a forma de se relacionarem as pessoas, as classes sociais, as nações. Os interesses de grupos minoritários, detentores do conhecimento, do poder tecnológico e dos modernos *meios de produção,* se sobrepõem impiedosamente às necessidades e expectativas básicas das grandes maiorias da população, inviabilizando projetos alternativos de convivência social e de desenvolvimento sustentável, ou, pelo menos, criando ingentes obstáculos à sua implementação.

Tal situação gera o fortalecimento de *guetos* de opulência, concentradores não só dos lucros e benesses do capital, senão também da dominação político-cultural. O número dos excluídos atinge patamares inéditos e sua qualidade de vida se deteriora de maneira endêmica e incontrolável. A exclusão torna-se iniludivelmente um fato grave e ameaçador.

A preocupação com esse estado de coisas e a percepção da necessidade urgente de transformações substanciais vêm suscitando em setores minoritários, lúcidos e atuantes, da sociedade atual e em nível mundial iniciativas que visam reverter ou, pelo menos, desacelerar o processo. A VI edição do Fórum Social Mundial acontecida este ano simultaneamente na Ásia, na África e na América Latina foi uma demonstração clara destes anseios e buscas de transformação. Colocou em evidência uma vez mais que a luta por *outro mundo possível* continua a alimentar e sustentar a esperança de milhões de pessoas.

No Brasil, a Campanha da Fraternidade de 2006 ocupa-se daquelas pessoas que são excluídas, vítimas de preconceitos e discriminação por causa de deficiências físicas, motoras, sensoriais ou mentais. Na lógica do sistema vigente, tais pessoas incomodam porque têm menos capacidade individual de competir com os outros e de se afirmar social e economicamente, não produzem ou produzem pouco. Na ótica da eugenia, são seres inferiores, vidas que não merecem ser vividas, vidas indesejáveis que devem ser mantidas à margem, excluídas ou eliminadas, *vidas em liquidação.*

Essa maneira de considerar os deficientes constitui uma forma perversa de instrumentalização da vida para fins de mercado ou de aperfeiçoamento da espécie humana. Uma forma de exclusão que atenta gravemente contra a dignidade da pessoa e seus direitos básicos. Nessa ótica, só teria valor a vida produtiva e competitiva, que rende, que acumula, ou a vida *ícone* da perfeição da espécie.

A prática de Jesus descrita nos evangelhos vai em direção oposta. Na sinagoga de Nazaré, apropriando-se das palavras do profeta Isaías, Jesus apresenta-se como o Messias que vem realizar as esperanças de todos aqueles que sofrem algum tipo de discriminação ou exclusão: "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para que dê a boa notícia aos pobres. Enviou-me para anunciar a liberdade aos cativos e a vista aos cegos, para colocar em liberdade os oprimidos, para proclamar o ano de graça do Senhor" (Is 61,1-2; Lc 4,18-19). Aos discípulos de João Batista que perguntam pela sua identidade messiânica, Jesus apresenta as suas credenciais: "Ide e contai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, os pobres são evangelizados" (Lc 7,22).

Agindo assim, Jesus *revela* que os excluídos, os que são relegados à margem da sociedade pelo egoísmo humano e por qualquer forma de exclusão estão no centro mesmo do anúncio do Reino feito por Ele. E *revela* também que esse anúncio é *excêntrico* ou *descentrador* em relação com a lógica e as pretensões das ideologias discriminatórias e dos sistemas sociais excludentes, porque coloca o centro ali onde essas ideologias e sistemas situam a margem e traz para o centro os que são sistematicamente alijados para as margens.

Seguir Jesus na *contramão* de ideologias e sistemas é exigência fundamental do Evangelho. É preciso admitir, portanto, que sem a solidariedade com os excluídos, sem assumir sua causa e comprometer-se com sua libertação, faltará algo constitutivo a nossa pretensão de ser seguidores e seguidoras de Jesus. Nessa perspectiva do seguimento de Jesus na *contramão*, os excluídos, os deficientes, que não contam social ou politicamente são *lugar teológico*, particularmente apto a despertar a consciência cristã e a provocar uma conduta solidária. Neles a negação do humano alcança uma de suas expressões máximas, vetando-lhes as possibilidades de serem sujeitos da sua própria história e reduzindo-os, com freqüência, a condições inumanas de sobrevivência. Por isso, a solidariedade com eles torna-se critério normativo para sanear toda a convivência social e recompor o projeto original de Deus para a humanidade. Neles, como *lugar teológico*, a consciência humana é confrontada com a iniludível interpelação do Deus bíblico: "Que fizeste? O sangue derramado do teu irmão clama a mim"! (Gn 4,10).

Nessa mesma perspectiva, a Vida Religiosa depara-se hoje com a urgente necessidade de repensar sua maneira de *estar presente* e de *ser presença* no mundo atual, de tomar posição diante de questões candentes tais como o fenômeno da exclusão na sua ampla variedade de causas e manifestações. Em fidelidade às suas origens evangélicas, os religiosos e religiosas estão chamados a manifestar, com sua forma de viver, de relacionar-se e de agir que só o Reino de Deus é absoluto, e que esse Reino é um Reino de amor, de justiça, de fraternidade inclusiva.

Numa palavra, estão chamados a ser profetas e construtores de *outro mundo possível*, sem nenhum medo de estar absolutamente em contra de determinadas pretensões da sociedade neoliberal e excludente de hoje.

Convergência publica neste mês de março artigos altamente inspiradores, no intuito de subsidiar o estudo e a reflexão das comunidades e de potenciar o seu dinamismo profético-evangelizador.

O artigo de Luís Stadelmann, SJ – "Deficientes físicos na Bíblia" – é um interessante e bem documentado subsídio para aprofundar a temática da Campanha da Fraternidade de 2006. Na percepção do autor, o elenco de passagens relevantes do Antigo e do Novo Testamento oferece uma vista de conjunto dos diversos aspectos do sofrimento dos deficientes físicos. Começando com a mensagem central da Bíblia sobre a dignidade da pessoa humana, que deve ser reconhecida até mesmo nos enfermos, se aborda o fator marcante do Povo de Deus em sua organização como comunidade de fé e o interesse no indivíduo como membro nela inserido. Segundo o texto, dois Salmos merecem destaque, porque portadores de deficiência, estão presentes na liturgia e expressam suas preces na oração comunitária. Dois personagens bíblicos também estão em relevo, o pai de Tobias e Jó, em luta para superar o sofrimento. Os textos do NT abordam o problema da causalidade recíproca entre sofrimento e pecado, como também da influência do demônio na enfermidade, que Jesus soluciona com a intervenção divina através dos milagres. A reflexão de natureza bíblica sobre o tema da Campanha deste ano, apresentada neste artigo, convida as comunidades religiosas a repensar a sua prática e a solidarizar-se efetivamente com os deficientes físicos, identificando-se com os sentimentos e as práticas de Jesus.

"Por uma Igreja conciliar e pluralista. O Vaticano II, o diálogo inter-religioso e a Vida Consagrada", de Marcelo Barros, é um texto extremamente sugestivo e inspirador. Para o autor, "um dos pontos mais inovadores do Concílio e que, nestes 40 anos, mais tem exigido das Igrejas mudanças teológicas e posturas espirituais novas é a abertura ao Pluralismo cultural e religioso vigente no mundo atual e o diálogo com outras religiões e tradições espirituais". Com esse pressuposto, o autor se propõe fazer no artigo uma breve *releitura* do caminho percorrido desde o Concílio Vaticano II até este início do século XXI para captar os novos desafios que este horizonte de uma teologia da Vida Religiosa aberta ao Pluralismo e de uma prática espiritual do diálogo inter-religioso coloca para os institutos e comunidades de Vida Consagrada. Observa que o primado da Palavra de Deus e a renovação eclesiológica foram dois grandes pilares em que o Concílio se alicerçou para fundamentar mudanças profundas e decisivas. A seguir, o autor analisa a posição do Concílio em relação com as outras religiões, destacando a contribuição da Declaração conciliar *Nostra Aetate* e afirma: "foi este olhar de simpatia e amor, mesmo ainda não totalmente ecumênico, que permitiu a grande mudança de paradigmas que vivemos nas últimas décadas do século XX, com o surgimento de uma teologia aberta ao Pluralismo cultural e religioso". Na parte final do artigo, com extrema lucidez e intuição profética, o autor reflete sobre as conseqüências dessa teologia conciliar para a Vida Consagrada e apresenta quatro passos de uma Vida Consagrada em diálogo.

Márcio Henrique Pereira, OFM, no seu artigo – "Doutrina Social da Igreja, solicitude social, políticas públicas e conjuntura sócio-política nacional" – trata das grandes coordenadas da Doutrina Social da Igreja e sua incidência na conjuntura social dos nossos dias. Partindo de uma consideração sobre a noção de doutrina social da Igreja, o autor faz uma breve incursão em textos do Antigo e do Novo Testamento visando mostrar a preocupação social da Igreja presente na Sagrada Escritura. "Entre os israelitas – diz ele – há uma concepção de domínio que equivale ao reconhecimento da propriedade particular, mas indissociável de sua função social. Enquanto, por um lado, o furto e cobiça são condenados (Ex 20,15-17), por outro lado, a lei procura refrear ganância dos proprietários, que redunda em detrimento dos humildes e trabalhadores". Por sua vez, os escritos do Novo Testamento condensam as verdades fundamentais da doutrina social católica, a saber: a dignidade transcendental e inalienável da pessoa humana; a unidade do gênero humano e, conseqüentemente, a fraternidade de todos os homens; as relações de família e os deveres recíprocos no âmbito doméstico; a origem divina da autoridade; normas morais de justiça e caridade, bem como regras concernentes à posse e ao uso de riquezas. Num segundo momento, o autor apresenta uma breve panorâmica histórica da solicitude social, bem como da doutrina social, lembrando que "nunca houve período da história da Igreja em que não houvesse vozes 'proféticas' a contestar os padrões sociais de acumulação de riquezas, de ganância, de exploração, de voracidade em relação ao semelhante". Lembra também que "a solicitude social que as igrejas cristãs sempre manifestaram deve tornar-se hoje um modo de ação integral, emancipatória, militante, com entrelaçamento das forças sociais relevantes, em prol de uma sociedade dialogal, tolerante, humana, de arraigados valores religiosos mas capaz de interagir sadiamente, que fomenta a justiça social, a paz, o respeito ao universo criado".

"VI Fórum Social Mundial. Um mundo democrático-participativo e socialista em construção" – é o interessante artigo de Gilvander Luís Moreira e Delze dos Santos Laureano. Os autores participaram do grande evento acontecido em janeiro deste ano, em Caracas. Seu texto tem portanto um caráter descritivo. É um testemunho da experiência vivida. Depois de descrever rapidamente o cenário do Fórum, a capital da Venezuela, o artigo discorre sobre a revolução bolivariana, como processo de um povo que está se libertando e comenta: "Percebemos que na Venezuela a democracia está irrompendo com vigor. Essa é a principal garantia de qualquer revolução em qualquer parte do mundo". O artigo se refere ainda à participação de Hugo Chavez no Fórum, e transcreve o testemunho de alguns participantes de países da América e da Europa. A parte final do texto é uma emocionada expressão de solidariedade com os estudantes da UFMG, acidentados a caminho do Fórum, entre os quais alguns mortos: "Aos parentes e amigos lembramos que se a morte é algo irreparável, há de se entender e dar continuidade ao sonho de quem partiu desta vida lutando por um mundo melhor. Quando sentirmos saudade deles, lembremo-nos da miséria dos milhões de crianças, velhos, dos jovens sem perspectiva de trabalho, doentes e analfabetos explorados pelo sistema capitalista. Por todos estes lutavam nossos queridos jovens".

Palavra do Papa

Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no encontro promovido pelo Pontifício Conselho "*Cor Unum*"

Segunda-feira, 23 de janeiro de 2006

Eminências, Excelências
Senhores e Senhoras!

A excursão cósmica, na qual Dante na sua *Divina Comédia* quis envolver o leitor, termina diante da Luz perene que é o próprio Deus, diante daquela Luz que ao mesmo tempo é *"o amor que move o sol e as outras estrelas"* (Par. XXXIII, v. 145). Luz e amor são uma só coisa. São o primordial poder criador que move o universo. Se estas palavras do Paraíso de Dante deixam transparecer o pensamento de Aristóteles, que via no *eros* o poder que move o mundo, o olhar de Dante contudo entrevê uma coisa totalmente nova e inimaginável pelo filósofo grego. Não só que a Luz eterna se apresenta em três círculos aos quais ele se dirige com densos versículos que conhecemos: *"Ó eterna Luz que repousas só em Ti; a Ti só entendes e, por Ti entendida, respondes ao amor que te sorri!"* (Par., XXXIII, vv. 124-126). Na realidade, ainda mais surpreendente do que esta revelação de Deus como círculo trinitário de conhecimento e de amor é a percepção de um rosto humano o rosto de Jesus Cristo que para Dante aparece no círculo central da Luz. Deus, Luz infinita cujo mistério incomensurável o filósofo grego intuíra, este Deus tem um rosto humano e podemos acrescentar um coração humano. Nesta visão de Dante mostra-se, por um lado, a continuidade entre a fé cristã em Deus e a pesquisa desenvolvida pela razão e pelo mundo das religiões; mas ao mesmo tempo aparece também a novidade que supera qualquer pesquisa humana a novidade que só o próprio Deus nos podia revelar: a novidade de um amor que estimulou Deus a assumir um rosto humano, aliás assumir carne e sangue, o inteiro ser humano. O *eros* de Deus não é apenas uma força cósmica primordial; é amor que criou o ho-

mem e nos inclina para ele, como o bom Samaritano se inclinou para o homem ferido e derrubado, o qual jazia na berma da estrada que descia de Jerusalém para Jericó.

A palavra "amor" hoje está tão desgastada, consumida e abusada que quase se teme deixá-la aflorar aos próprios lábios. Contudo é uma palavra primordial, expressão da realidade primordial; nós não podemos simplesmente abandoná-la, mas devemos retomá-la, purificá-la e conduzi-la ao seu esplendor originário, para que possa iluminar a nossa vida e guiá-la para a reta via. Foi esta consciência que me levou a escolher o amor como tema da minha primeira Encíclica. Pretendo tentar dizer ao nosso tempo e à nossa existência algo do que Dante na sua visão recapitulou de modo audacioso. Ele narra uma *"vista"* que *"se corroborava"* enquanto ele olhava e mudava interiormente (cf. Par., XXXIII, vv. 112-114). Trata-se precisamente disto: que a fé se torne uma visão-compreensão que nos transforma. Era meu desejo ressaltar a centralidade da fé em Deus naquele Deus que assumiu um rosto humano e um coração humano. A fé não é uma teoria que se pode fazer própria ou também pôr de lado. É uma coisa muito concreta: é o critério que decide o nosso estilo de vida. Numa época na qual a hostilidade e a avidez se tornaram superpotências, uma época na qual assistimos ao abuso da religião até à apoteose do ódio, a única racionalidade neutra não é capaz de nos proteger. Precisamos do Deus vivo, que nos amou até à morte.

Assim, nesta Encíclica, os temas "Deus", "Cristo" e "Amor" estão unidos como guia central da fé cristã. Desejava mostrar a humanidade da fé, da qual o *eros* faz parte o "sim" do homem à sua corporeidade criada por Deus, um "sim" que no matrimônio indissolúvel entre homem e mulher encontra a sua forma radicada na criação. E ali acontece que também o *eros* se transforma em *"ágape"* que o amor pelo outro já não se procura a si mesmo, mas se torna preocupação pelo outro, disposição para o sacrifício por ele e também abertura à doação de uma nova vida humana. O *ágape* cristão, o amor pelo próximo no seguimento de Cristo não é algo de alheio, colocado ao lado ou até contra o *eros*; ao contrário, no sacrifício que Cristo fez de si pelo homem encontrou uma nova dimensão que, na história da dedicação caritativa dos cristãos aos pobres e aos que sofrem, se desenvolveu cada vez mais.

Uma primeira leitura da Encíclica poderia talvez suscitar a impressão que ela se divida em duas partes entre si pouco ligadas: a primeira parte teórica, que fala da essência do amor, e uma segunda que trata a caridade eclesial, as organizações caritativas. Contudo, a mim interessava precisamente a unidade dos dois temas que, se forem vistos como uma única coisa, serão bem compreendidos. Primeiro, era preciso tratar a essência do amor como se apresenta a nós na luz do testemunho bíblico. Partindo da imagem cristã de Deus, era necessário mostrar como o homem é criado para amar e como este amor, que inicialmente se mostra sobretudo como *eros* entre homem e mulher, deve depois transformar-se interiormente em *ágape*, em doação de si ao outro e isto precisamente para responder à verdadeira natureza do *eros*. Sobre esta base devia-se depois esclarecer que a essência do amor de Deus e do próximo descrito na Bíblia é o centro da existência cristã, é o fruto da fé. Mas sucessivamente,

numa segunda parte, era preciso ressaltar que o ato totalmente pessoal da *ágape* nunca pode permanecer uma coisa apenas individual, mas ao contrário deve tornar-se também um ato essencial da Igreja como comunidade: isto é, tem também necessidade da forma institucional que se expressa no agir comunitário da Igreja. A organização eclesial da caridade não é uma forma de assistência social que se acrescenta casualmente à realidade da Igreja, uma iniciativa que se poderia deixar também para outros. Ao contrário, ela faz parte da natureza da Igreja. Como o *Logos* divino corresponde ao anúncio humano, a palavra da fé, assim o *Ágape,* que é Deus, deve corresponder ao *ágape* da Igreja, a sua atividade caritativa. Esta atividade, além do primeiro significado muito concreto de ajudar o próximo, possui essencialmente também o de comunicar aos outros o amor de Deus, que nós próprios recebemos. Ela deve tornar visível de qualquer forma o Deus vivo. Deus e Cristo na organização caritativa não devem ser palavras alheias; na realidade elas indicam a fonte originária da caridade eclesial. A força da *Caritas* depende da força da fé de todos os membros e colaboradores.

O espetáculo do homem que sofre toca o nosso coração. Mas o compromisso caritativo tem um sentido que supera a simples filantropia. É o próprio Deus que nos estimula profundamente a aliviar a miséria. Assim, em resumo, é Ele mesmo que nós levamos ao mundo que sofre. Quanto mais consciente e claramente o levamos como doação, tanto mais eficazmente o nosso amor mudará o mundo e despertará a esperança uma esperança que supera a morte e só assim é verdadeira esperança para o homem. Desejo a bênção do Senhor para a vossa reunião.

“A fé não é uma teoria que se pode fazer própria ou também pôr de lado. É uma coisa muito concreta: é o critério que decide o nosso estilo de vida.”

1 - Nas sendas do Projeto "Novas Gerações e Vida Religiosa": números que falam, luzes que se acendem, ecos que soam e caminhos que se abrem.

1. Números que falam

O Projeto "Novas Gerações e Vida Religiosa" se espalhou de norte ao sul do Brasil. **São 64 grupos** que se reúnem para refletir, conviver, alimentar a esperança e discernir os caminhos que Deus aponta para o futuro da Vida Consagrada. Cada grupo refletiu em torno de um dos três eixos temáticos do Projeto.

- 31 grupos – Poder e Participação na Vida Religiosa
- 18 grupos – Sexualidade/afetividade e Consagração
- 15 grupos – Memória e Futuro da Vida Religiosa

São mais de 600 religiosas e religiosos, de diferentes Institutos de Vida Consagrada, envolvidos diretamente neste grande mutirão nacional.

Por Região os grupos estão assim distribuídos:

- Região Sul - 20 grupos
- Região Sudeste - 12 grupos
- Região Nordeste - 12 grupos
- Região Centro-Oeste - 11 grupos
- Região Norte - 09 grupos

Textos produzidos pelos grupos NGs e VR

Durante o mês de outubro cada grupo enviou à CRB Nacional um texto com as principais conclusões sobre a temática refletida. A Equipe de Reflexão Teológica da CRB Nacional fará uma leitura analítica desses textos, recolhendo as tendências, desafios e contribuições que dinamizam a utopia da Refundação da VRC. Os resultados serão devolvidos à Vida Religiosa do Brasil através da:

- Síntese sobre as tendências e contribuições dos grupos a ser apresentada durante o Congresso Nacional pela Equipe de Reflexão Teológica
- Publicação da leitura analítica de cada temática

- Possível publicação de alguns textos elaborados pelos grupos

2. Luzes que se acendem

No horizonte da Vida Consagrada, novas luzes se acendem, outras intensificam o seu brilho. É o dinamismo de uma VRC que em meio à "escuridão" da aparente crise, expressa sua utopia traduzida no desejo de somar, de dar novas respostas aos desafios atuais, de alargar tendas para ser expressão da presença solidária e humanizadora da Trindade Amada. Neste sentido, o "Projeto Novas Gerações e VR" vem dando um brilho especial à vitalidade da VRC e apontando caminhos que ajudam a dar maior mobilidade às tendas. Registramos aqui alguns destaques do Projeto NGs e VR, colhidos nas bases:

- Os Grupos "NGs e VR" resgatam o valor dos espaços de partilha de vida, de reflexão e de fortalecimento das relações intercongregacionais.
- A reflexão das diferentes temáticas do projeto proporcionou diálogo e encontro de gerações e contribuiu para aprofundar e retomar valores essenciais da VRC.
- O Projeto mobilizou e envolveu um bom número de religiosos/as nas Regionais e despertou o protagonismo de jovens religiosos/as.
- A socialização das reflexões em encontros de juniorato, seminários e Assembléias Regionais estão tornando visível a vitalidade da VRC e vem dando voz a outros religiosos e religiosas.
- O projeto dinamiza a continuidade do processo de refundação da VRC, numa postura de abertura às contribuições e potencialidades das Novas Gerações e de interação de gerações que, mutuamente, se sentem comprometidas na configuração de um novo Rosto para a VR.

As luzes se acendem quando a utopia é alimentada. Creio ser significativo registrar aqui as características, apontadas pelos participantes de um dos seminários inter-regionais, como fundamentais, no ***desenho de um novo rosto para uma nova geração de VR.*** As expressões que seguem se deram em contexto de utopia e de compromisso.

Uma Vida Religiosa Consagrada:

- centrada na Palavra de Deus e comprometida com os pobres;
- acolhedora e capaz de viver a dimensão da partilha, da ética e da solidariedade;
- profundamente mística e aberta à diversidade cultural;
- alegre, ousada, testemunhal e profética;
- intercongregacional;
- gratuita e voltada para a missão;
- livre e integrada nas diferentes dimensões da vida humana;
- pautada na interatividade de gerações, onde a experiência acumulada dos valores vivenciados na história, pelas gerações mais velhas, são transmitidos às novas gerações;
- reconciliada com as diferentes gerações e com a história, capaz de lidar com as diferenças, de exercitar a compreensão e a tolerância evangélica;
- capaz de ler os sinais dos tempos para dar respostas novas e ousadas aos desafios atuais;
- de tenda, de pequenos projetos e de itinerância;
- enraizada na experiência de Deus e no amor aos mais pobres e excluídos.

O Projeto Novas Gerações e VR perpassa os diferentes projetos da CRB Nacional. Nesse sentido é possível afirmar que só haverá uma "Nova Geração de VR", apaixonada por Cristo e pela humanidade, quando esta cultivar uma mística enraizada na Palavra que potencializa o ardor missionário, a solidariedade e a profecia junto aos empobrecidos, desprovidos e excluídos da possibilidade de viver com dignidade humana.

3. Ecos que soam

O projeto vem enriquecendo, revitalizando e fortalecendo a Vida Religiosa em geral. Neste sentido são muitos os ecos que chegam à CRB Nacional e se torna impossível nomear todos. Apenas registramos alguns depoimentos de religiosas que participam dos grupos NGs e VR e que ajudam a evidenciar a importância do Projeto para a VRC:

"A irradiação do Projeto está revitalizando a VR do Brasil. Além dos grupos, vem contagiando também as pessoas de nossas comunidades religiosas. A proposta do Projeto NG é uma proposta para toda a vida, como algo a ser assumido por todas/os na busca do resgate de valores e de aspectos que foram desgastados ao longo da história" (Lucia Helena Gargantini, MAP – Grupo Integração – SP).

"A experiência de reflexão e vivência da proposta Novas Gerações tem nos conduzido a grandes descobertas, alimentado esperanças, acordado sonhos, cultivado utopias... Cada encontro nos remete à consciência de que o futuro só pode ser pensado com o mutirão das diversas gerações que se abrem e almejam a refundação. "O que ouvimos dos antigos, contemplamos. Deus habita esta história, e vive na memória da VRC jovem" (Ir. Marenise de Jesus Oliveira, AMJ – Grupo Viver por Amor – BA).

"O grupo novas gerações 'Raízes', foi muito significativo em minha vida, porque não éramos apenas jovens religiosas/os que estudavam, discutiam e refletiam, mas nos tornamos um grupo de amigos que têm os mesmos ideais e sonhos de ver acontecer uma vida religiosa melhor, ou seja, mais humana, justa, solidária e profética. E esse ideal foi a raiz de nossas fundações que hoje frutifica nos corações de muitos jovens que, como nós, sonham e lutam por este novo rosto da Vida Religiosa, no qual possa ser refletido o amor de Deus, dando testemunho de esperança para o povo pobre, sofrido e excluído da sociedade, e não meramente amontoado de pessoas que moram juntas" (Ir. Zulmira Cardoso de Brito, CST – Grupo Raízes – SE).

"Fico feliz em perceber a grande participação dos grupos NGs e VR no estudo, partilha de vida e descoberta de valores em nossa opção mais radical. Pessoalmente, sinto que foi um lindo caminho trilhado até agora". (Ir. Elzi Bittencourt, SDS –Diretoria Regional de Florianópolis SC).

"O seminário Novas Gerações e Vida

Religiosa me fez perceber a importância de recuperar a memória histórica da VR para que possamos projetar o futuro a partir de uma identidade consistente. Em relação a isso, constata-se que existe uma lacuna no processo de formação em nossas congregações" (Ir. Ana Maria Rodrigues, INSC – Grupo Recriar-recreando – RJ).

"O seminário da Região Sudeste foi enriquecedor em termos de perspectiva da Vida Religiosa das novas gerações, onde experimentei partilhas muito verdadeiras e corajosas e uma grande vontade de procurar um caminho que realmente responda às inquietações e aos desafios de hoje, de nós jovens especificamente, e de todos/as que estão neste processo. A integração do grupo possibilitou reafirmar uma vida religiosa que caminha junto, que cresce e se fortalece somente quando a construção é coletiva. Valeu a participação" (Ir. Juliene Batista S. Correia – FJ grupo Seduz-Ir RJ) .

4. Caminhos que se abrem

Um dos momentos fortes que recolherá todo o processo desencadeado na concretização do Projeto "Novas Gerações e VR", será a realização do **Congresso Nacional, nos dias 15 a 18 de junho de 2006**, na cidade de São Paulo. O mesmo pretende contribuir no processo de re-pensar, re-sonhar e re-significar a Vida Religiosa, para os dias de hoje. Dada a importância dos grupos como espaços de reflexão, de vivência e de gestação de utopias, o projeto terá continuidade com nuances novas. Com certeza, o Congresso Nacional abrirá caminhos, nesta perspectiva.

Ir. Neiva Furlin, CF
Assessora Executiva Nacional

"No horizonte da Vida Consagrada, novas luzes se acendem, outras intensificam o seu brilho. É o dinamismo de uma VRC que em meio à "escuridão" da aparente crise, expressa sua utopia traduzida no desejo de somar..."

2. CNBB, CRB e Comina enviam duas missionárias para Timor Leste

16 de fevereiro de 2006

A CNBB, por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a coordenação do Conselho Missionário Nacional (Comina) enviam para Timor Leste: Lúcia de Fátima Cardoso e Ir. Vera Lúcia Palermo. Ambas integrarão a comunidade missionária de Laclubar. Trata-se do Projeto Missionário de Solidariedade entre a Igreja do Brasil e a Igreja do Timor Leste. Seguem, na íntegra, as cartas da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial:

Carta de apresentação de Lúcia de Fátima Cardoso

A Igreja do Brasil, por meio da CNBB e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), sob a coordenação do Conselho Missionário Nacional (Comina) – em continuidade ao Projeto Missionário de Solidariedade entre a Igreja do Brasil e a Igreja do Timor Leste, concretamente por meio das dioceses de Baucau e Dilli, vendo cumpridas as orientações normativas estabelecidas e firmadas pelas partes, tem a alegria de apresentar LÚCIA DE FÁTIMA CARDOSO para integrar a comunidade missionária de Laclubar, a partir do dia 08 de março de 2006.

Lúcia é brasileira, leiga, solteira, educadora, profundamente engajada nas atividades da paróquia, destacando-se no serviço de animação missionária da arquidiocese de Brasília e do Regional Centro-Oeste do Brasil. Nasceu em na cidade do Gama – Distrito Federal, em 17 de agosto de 1965, teve infância difícil, marcada pela perda do pai, pela difícil relação com o padrasto, por períodos em internato. Viveu a adolescência e juventude ricas de buscas e de reencontros com a família, com a Igreja, com uma passagem pela vida religiosa, pelo engajamento corajoso e responsável a favor dos menos favorecidos. Todo este itinerário consolidou a formação do caráter decidido que a caracteriza na fase adulta da vida. Caracteriza-se como poeta, atriz, compositora, qualidades de colocar a serviço em sua atividade pastoral, principalmente junto a crianças e jovens.

Sua Formação acadêmica registra: Magistério para Ensino Fundamental; Curso Superior de História; Arte e Música na Pré-Escola; Bio-dança com enfoque em juventude; Arte cênica.

Na área pastoral destacam-se: Cursos Bíblicos ministrados pelo Cebi; Cursos para formação para catequese e liturgia.

Formação Missionária: Curso Ad Gentes em Brasília, no Centro Cultural Missionário, organismo da CNBB; Formação para Assessoria à Infância e Adolescência Missionária nas Pontifícias Obras Missionárias.

Atividades profissionais desenvolvidas: recepcionista; vendedora de loja; Educação, nas áreas de Jardim de Infância, Pré-Escola; Ensino Religioso de 1ª a 8ª séries;

qüentou o Curso Ad Gentes em Brasília, no Centro Cultural Missionário, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Atividades profissionais desenvolvidas: No Serviço Social trabalhou com crianças e moradores de rua em Fortaleza; Serviços à CRB de Fortaleza por dois anos.

Atividades pastorais desenvolvidas: Sempre trabalhou na formação de lideranças: Bíblia, catequistas, fé e política, grupo de mulheres, retiros para catequistas, coordenadores de comunidades de base, movimentos sociais, administração paroquial.

Projeto Timor Leste

Irmã Vera conheceu a realidade do Timor Leste quando foi publicado no Brasil o documentário feito pela atriz Lucélia Santos. Mais tarde, quando residia em Fortaleza, participou do envio de duas missionárias ao Timor. Guardou dentro de si o desejo de servir nos lugares mais necessitados e desafiantes, durante o tempo em que trabalhou como missionária no Projeto Intercongregacional de Manequiri, no Amazonas. Ao receber o convite para a Missão em Timor Leste, solicitou permissão de sua Superiora Provincial, colocando-se logo à disposição do envio.

Apoiamos, agradecidos e esperançosos, a disposição de Irmã Vera, e fazemos nossas as suas disposições frente ao desafio do chamado missionário na perspectiva da solidariedade e fraternidade de iguais, em meio às tão grandes diferenças culturais.

Confiamos em Deus Providência, que preparou este caminho com amor, e que nos surpreende a cada dia através da acolhida das pessoas com as quais atuamos em vista da construção de seu Reino.

Deficientes físicos na Bíblia

Luís I. J. Stadelmann, SJ

Sumário

O elenco de passagens relevantes do AT e NT oferece uma vista de conjunto dos diversos aspectos do sofrimento dos deficientes físicos. Começando com a mensagem central da Bíblia sobre a dignidade da pessoa humana, que deve ser reconhecida até mesmo nos enfermos, se aborda o fator marcante do Povo de Deus em sua organização como comunidade de fé e o interesse no indivíduo como membro nela inserido. Dois Salmos merecem destaque, porque portadores de deficiência estão presentes na liturgia e expressam suas preces na oração comunitária. Dois personagens bíblicos estão em relevo, o pai de Tobias e Jó, em luta para superar o sofrimento. Os textos do NT abordam o problema da causalidade recíproca entre sofrimento e pecado, como também da influência do demônio na enfermidade, que Jesus soluciona com a intervenção divina através dos milagres.

Introdução

Em todas as seções da Bíblia há textos referentes a doenças e enfermidades que se manifestam em todas as faixas etárias da existência humana, onde as decisões divinas se "encontram" com as humanas. Os autores bíblicos têm que falar desse assunto porque a enfermidade aponta para uma crise do paciente, que se transforma em pergunta viva, não apenas sobre as causas, mas sobre si mesmo, sobre o seu mundo imediato e sobre o sentido da vida. Ora, na Bíblia é que temos de achar a resposta a todas essas questões porque aí se encontram as doutrinas da religião da salvação e não crenças avulsas acerca de mera melhoria da qualidade de vida.

A mensagem central da Bíblia

A tarefa de Deus no Antigo Testamento e de Jesus no Novo Testamento não consiste em dar a dignidade ao deficiente físico, mas em *reconhecê-la*. A maneira de conseguir este objetivo é lançar mão de vários recursos disponíveis aos enfermos e aos agentes da Pastoral da Saúde. Antes de tudo, é dar a palavra ao enfermo, para que ele possa expressar seus queixumes a uma pessoa, ou até em público, a ouvintes ou leito-

res que estejam atentos às suas palavras. Em seguida, é abrir-lhe a porta de entrada ao convívio humano, evitando que ele fique relegado ao ostracismo ou recolhido num asilo, enquanto ainda estiver em condições de locomover-se. A seguir, é acolhê-lo na comunidade litúrgica, onde os fiéis valorizam sua participação na oração comunitária, cuja eficácia é tanto mais proveitosa quanto maior for a confiança que brota da boca do homem sofrido. Pois o motivo mais forte e premente para Deus vir em auxílio do deficiente físico é a exposição da miséria humana como apelo eloqüente da criatura diante do Criador. É esta a razão de os Salmos usarem a linguagem do sofrimento para expressar as súplicas na liturgia, porque a queixa tem função de apelo[1].

Para tratar teologicamente a questão da dignidade dos deficientes físicos, deve-se fazer um levantamento das passagens da Bíblia que os mencionam, emprestando-lhes voz e vez para exercerem o papel de porta-voz de tantos outros que também querem ser ouvidos. Não é aos que são considerados os mais dignos que devemos pedir que tratem do assunto, mas aos que pertencem, de uma ou de outra forma, ao mundo dos deficientes físicos. Os textos bíblicos que falam dos deficientes físicos não são meros retratos de pacientes que precisam de terapia, mas são personagens que manifestam dramaticamente seu estado de deficiência em público na presença da comunidade dos fiéis[2]. Os deficientes, que são tratados em casa pelos familiares, não precisam vaguear pelas ruas e praças da cidade, nem têm que mendigar por compaixão porque, apesar de tudo, sua dignidade de pessoa humana é reconhecida pelo próprio Criador que os fez à sua imagem e semelhança. É uma imagem indelével impressa em cada um e por isso torna-o interlocutor qualificado para suplicar em oração e ser ouvido por Deus, quando fala de si mesmo e de tantos outros confiantes ou frustrados, esperançosos ou amargurados. São figuras cujo perfil é semelhante ao do Servo de Deus, descrito por Isaías, profeta do Antigo Testamento, e que o salmista adotou para estampar o semblante do Servo sofredor, servindo como prefiguração de Cristo, o Messias-Mártir do Novo Testamento.

As freqüentes citações do Salmo 22 (21) na "história da paixão" mostram que a Igreja nascente viu íntima relação entre as palavras angustiadas de Jesus na cruz e a suprema aflição deste homem sofredor. Aqui tem sua expressão mais candente a angústia humana, a tentação ao desespero e o milagre da reversão do sofrimento. Ao assumir a provação extrema de se sentir abandonado por Deus, Cristo penetrou no mais profundo isolamento humano e assumiu nosso sofrimento até o extremo. A indagação desesperada dos que mais sofrem neste mundo é conhecida por aquele no

---

[1] Cf. C. Westermann, *Os fundamentos da teologia do Antigo Testamento*, (Trd. F. Dattler), São Paulo: Ed. Academia Cristã, 2005, (Original alemão 1985), p. 37-38, 188-191; cf. também "O clamor dos oprimidos", em *Concilium* / 119, 1976/9, p. 55-65.

[2] É de notar-se que os livros bíblicos têm uma longa história desde a composição inicial até a redação final. Além disso, convém ter presente a chancela oficial que cada texto bíblico recebeu das autoridades religiosas e dos guardiães da tradição antes de ser incluído no rol dos livros canônicos em vista da recitação do respectivo texto no culto e na liturgia. Destarte, o protagonista (profeta, salmista, milagreiro, apóstolo) da narração é representante da comunidade dos fiéis do AT e NT.

qual a bondade divina se encarnou. Sendo a morte de Cristo o paradigma do sofrimento humano, este Salmo, integrado na "história da paixão", é representativo dos salmos de súplica. Como estes, exprime o sentir-se abandonado por Deus, apresenta os sofrimentos pela quais passa, e também as injúrias e ciladas dos inimigos. Mas difere profundamente deles enquanto omite as imprecações contra os inimigos. Tanto mais ficará ressaltada a intercessão de Cristo pelos pecadores. A ação de graças pela libertação, na segunda parte do Salmo (v. 23-32), constitui o núcleo da mensagem sobre a ressurreição, proclamada pela Igreja nascente, que entendeu a paixão-morte-ressurreição como a decisiva intervenção de Deus na história: ao trazer-nos a salvação definitiva, libertou-nos também da angústia e do desespero[3].

O fator marcante do Povo de Deus

Os textos bíblicos em pauta têm sua origem histórica no Próximo Oriente, donde as suas doutrinas se difundiram para todos os povos do mundo. Por outro lado, não faltaram para o povo de Israel os contatos sócio-culturais com outros povos e as influências de suas culturas, costumes, vida social, religiosa, que influenciaram e deixaram seus traços no povo israelita. Entretanto, houve um fator marcante que selecionava aqueles elementos provindos da civilização semita, para que não fossem assimilados e postos de lado ou até eliminados os valores essenciais para o viver e o conviver humano do Povo de Deus. O critério decisivo era e continua sendo até hoje a comunidade de fé em Aliança com Deus. Os autores bíblicos, por esta razão, valorizaram os aspectos da vida no contexto da comunidade de fé e não os padrões de vida da cultura tribal, nem os padrões da sociedade secularizada. No Antigo Testamento se ressalta a comunidade soteriológica, que tem continuidade na comunidade cristológica do Novo Testamento. O que elas têm em comum é o motivo central da vida em comum, valorizando o *sentido de comunidade*, cujo Deus tutelar está vinculado a ela pela Aliança sagrada em vista da salvação. O fator sociológico da solidariedade, na tradição religiosa da Bíblia, exerce um papel no povo como um todo, cuja implementação está nas mãos de cada família e não das tribos e dos clãs, como é o caso da organização especificamente semita da sociedade. Outro marco referencial da tradição bíblica é o *interesse pelo indivíduo*, que era considerado acima de tudo como membro da comunidade. Não devemos esquecer que o Antigo Testamento apresenta uma concepção antropocêntrica do mundo, visualizado como palco do gênero humano.

Deficientes físicos no Antigo Testamento

Comumente se trata dos casos de deficiência à luz do pecado original, aludindo-se à hipótese de sua causa ser atribuída a uma culpa moral do indivíduo. Como pano de fundo supõe-se um mundo perfeito com base na obra da criação a partir do cosmo, cujos elementos espaciais e telúricos estariam em perfeita harmonia. Com efeito, a Bíblia apresenta o início da criação a partir da paz de Deus e não da luta entre os deuses. É de notar-se porém que a obra da criação procede da divi-

[3] L. Stadelmann, *Os Salmos: Comentário e Oração*, Petrópolis: Ed. Vozes, 2001, p. 165-166.

são e da separação dos elementos, oferecendo-se uma perspectiva realista do mundo e não uma visão otimista[4]: Já que a Bíblia não admite a existência dos deuses, fica excluída a crença no destino cego e sua influência nefasta sobre o mundo e a humanidade. Outrossim, não se admite a ausência de Deus, em virtude da qual as criaturas ficariam entregues a si e a um destino cego. A crença num destino cego é incompatível com a fé no único Deus criador, inteligente e bom, sempre presente às suas criaturas[5].

O início da história da humanidade é narrado na Bíblia a partir de várias rupturas entre as criaturas e o Criador[6], precisando ser superadas para que o mundo não voltasse ao caos. Situações de ruptura do tecido social teriam seu reflexo nas doenças e enfermidades. Entretanto, essas situações não podem ser sempre atribuídas a anomalias da ordem moral. A própria natureza humana, por ser limitada, pode ter deficiências. Existem seres humanos cuja vida está continuamente relacionada com a dor, de sorte que se torna uma espécie de segunda natureza. Por isso, a Bíblia fala das pessoas que sofrem, ressaltando as circunstâncias concretas como recurso descritivo para exibir dramaticamente o sofrimento angustiante dentro da alma.

Casos concretos de deficiência física encontram-se em todos os livros da Bíblia. Veja-se o caso do contágio pela lepra, mencionado no contexto da insurreição de Miriam, irmã de Moisés, porque contestou a liderança de Moisés (Nm 12,10-15). Enquanto o castigo divino caiu sobre Miriam, Aarão, seu irmão, saiu ileso porque era sacerdote a serviço do culto religioso em Israel.

Doenças contagiosas, citadas em Lv 13-14, incluem também simples infecções de pele, ou até manchas na roupa ou nos muros. Pelo fato de não haver meios profiláticos para evitar a contaminação e tratamento de cura, os leprosos eram afastados do convívio social e relegados a áreas desabitadas. O problema mais premente era o sustento que ficava a cargo dos familiares, já que não havia a assistência social do Estado. Na Mesopotâmia a lepra era atribuída a influências demoníacas e se tentava curar por meios mágicos.

A referência à amputação do membro viril ou testículos amassados visava os eunucos, a serviço das odaliscas de um harém, e como tais eram excluídos das celebrações litúrgicas (Dt 23,2).

O relato da cura de um leproso é digno de nota porque se trata de Naamã, o comandan-

---

[4] A criação na Bíblia procede da separação dos elementos: 1. caos – cosmo (águas – terra firme); 2. céu – terra; 3. vegetação – deserto; 4. luz – trevas (dia – noite); 5. pássaros – peixes; 6. animais – homens; 7. mundo físico – mundo religioso (Gn 1,1–2,3).

[5] Religiões politeístas praticadas na Ásia têm seus seguidores no mundo da cultura ocidental, por causa das terapias para evitar as causas da dor ou minorar o sofrimento. Através dessas terapias se difunde também sua filosofia de vida, como por exemplo o budismo que está eivado dum pessimismo irrestrito sobre a vida humana e a felicidade do homem.

[6] As seis rupturas da História dos Primórdios, na Bíblia, são causadas pelos pecados dos seres humanos contra o Criador. I. Adão e Eva (Gn 3,12): ruptura entre esposos. Pecado de desobediência. II. Caim e Abel (Gn 4,1-15): ruptura entre irmãos. Pecado de fratricídio. III. Lamec (Gn 4,19-24): ruptura entre clãs. Pecado de vingança. IV. Gigantes (Gn 6,1-4): ruptura entre raças. Pecado de hierogamia. V. Dilúvio (Gn 6,9-7,24): ruptura entre gerações. Pecado de violência. VI. Torre de Babel (Gn 11,1-9): ruptura entre povos. Pecado de orgulho materialista. Cf. L. Stadelmann, "História da Salvação", em *Notícias*, N° 223, Outubro 1999, p.2-4.

te sírio. Ele veio à procura de Eliseu, o profeta e milagreiro mais ilustre da Bíblia, porque dele consta o maior número de milagres dentro e fora de Israel (2Rs 5). Memorável é a atitude de Naamã de levar consigo bruacas cheias de terra para cobrir o chão no jardim de sua casa em Damasco onde se ajoelhava em oração a Deus. Além da crença no patrocínio do Deus tutelar sobre a Terra de Israel, se ressalta também a eficácia da oração comunitária dos israelitas em benefício dos fiéis em outro país. Por outro lado, o contágio da lepra em Giezi, servo de Eliseu, mostra a doença como castigo da prevaricação contra a credibilidade do profeta.

O rei Ozias na monarquia de Judá se destacava no rol das famílias reais por ter sido leproso (2Rs 15,5). Segundo o relato no livro das Crônicas (2Cr 26), a doença era castigo porque se arrogou o direito de oferecer incenso no recinto central do Templo, um gesto ritual restrito ao sacerdote em função religiosa.

A história dos quatro leprosos da Samaria ficou famosa no Povo Eleito por causa da descoberta do acampamento abandonado pelo exército dos arameus e como os leprosos se tornaram mensageiros alvissareiros em Israel (2Rs 7,3-11).

Salmo 88 (87) Súplica de um deficiente físico no Templo

1 Cântico. Salmo dos filhos de Coré...
2 Ó SENHOR, Deus de minha salvação,
de dia e de noite clamo diante de ti.
3 Chegue à tua presença minha oração,
presta ouvido ao meu clamor!
4 pois está saturada de desgraças minha alma,
minha vida está à beira do abismo.
5 Sou contado entre os que baixam ao fosso,
sou como um homem alquebrado;
6 abandonado a mim mesmo, entre os mortos,
sou como os trucidados, que jazem na tumba,
dos quais já não te lembras,
pois estão apartados de tua mão.
7 Tu me depositaste nas profundezas do fosso,
nos lugares tenebrosos e abismais.

8 Sobre mim pesa a tua cólera
e encrespaste todos os teus vagalhões.
9 Afastaste de mim os meus conhecidos,
fizeste de mim um horror para eles.
Enclausurado, não tenho saída;
10 meus olhos anuviam-se de pesar.
Todo o dia te invoquei, SENHOR,
estendendo para ti minhas mãos.

11 Farás, acaso, um milagre para os mortos?
Acaso as sombras se levantarão para te louvar?
12 Teu amor será apregoado no sepulcro,
no reino da morte, tua fidelidade?
13 Teu milagre se tornará conhecido nas trevas,
e tua justiça, na região do esquecimento?

14 Mas eu clamo a ti, SENHOR, por socorro;
já de manhã está diante de ti minha oração.
15 SENHOR, por que me rejeitas,
escondes de mim a tua face?
16 Sou, desde criança, infeliz e enfermo;
suportei teus terrores, estou aturdido.

17 Atropelaram-me tuas iras;

teus terrores me aniquilaram;
18 rodearam-me como água, todo o dia,
cercaram-me todos juntos.
19 Afastaste de mim amigos e companheiros;
meus conhecidos são as trevas.

Comentário

2 *Expressão de confiança* em Deus, cuja presença um deficiente físico invoca, por ser seu Salvador. A insistência do pedido é insinuada pelas assíduas preces dirigidas a Deus.

3 *Súplica* de atendimento da prece. O homem desolado recorre a Deus, confiante na benévola acolhida, na divina presença, para o lenitivo que só ele pode trazer a seus males.

4-6 *Lamento* pela situação de intenso sofrimento do enfermo, cuja vida se esvai para extinguir-se em breve. A perspectiva do desenlace não consola, pois a morte prematura é sinal de rejeição divina. Delirando, no paroxismo da dor, o enfermo se vê sepultado na vala comum das vítimas de guerra, sem lápide com seu nome para lembrá-lo à posteridade. Os ceifados pela morte não são mais objeto dos desvelos de Deus, não porque subtraídos ao seu soberano domínio, e sim porque sua condição é imutável, isenta de vicissitudes, e por isso caem fora do alcance de sua providência.

7-10 *Provações*, pungentes como as dores físicas, são os sofrimentos morais, com base nas crenças de que Deus enviaria a doença, os lutos de família, as angústias da alma, os reveses da fortuna, como castigo dos pecados cometidos. Não era conhecido, naquela época, por revelação divina, que as provações, físicas ou morais, não são causadas por Deus. Só mais tarde foi revelado que elas provêm de vicissitudes existenciais, embora por providência divina possam servir para a purificação da alma e levar à prática da virtude do heroísmo. O indivíduo que não chegou, seja por meio do itinerário da dor ou pelas práticas da promoção do bem, ao amadurecimento humano e à plenitude da espiritualidade, atribui a Deus a causa de seu sofrimento, já que a onipotência divina poderia libertá-lo. Se não o fez até aquele momento, é por causa do seu estado de pecado. Para visualizar o estado espiritual do pecador atribui-se a Deus um "rosto irado", como reflexo da má consciência do homem. A conversão moral terá, por reflexo, um "semblante amigo", voltando-se Deus para reconciliar-nos consigo. Por isso o enfermo apela para Deus, pedindo socorro, estendendo as mãos, num gesto eloqüente de quem pede auxílio, para mover à compaixão o coração de Deus.

11-13 *Apelo para Deus* intervir, antes que seja tarde. É tão grave a doença, miséria e rejeição, que só um milagre poderá salvar o enfermo, cuja morte privará Deus de um servo fiel, desejoso de render-lhe, na comunidade dos fiéis reunidos para a celebração litúrgica, o louvor agradecido. A derradeira morada dos mortos, região do silêncio, da solidão e das trevas, situa-se fora da esfera da ação divina. Portanto, querendo manifestar seu poder salvífico, Deus deverá redimir o enfermo de todos os seus tormentos, enquanto estiver vivo.

14-19 *Prece por auxílio* divino. O enfermo reza a Deus, porque está relegado ao ostracismo, longe do convívio humano, sem o auxílio dos amigos, que dele se afastam como da sina de maldição. A prece de seus lábios une-se à oração comunitária dos fiéis, reunidos na presença de Deus, para expressar-lhe, na liturgia matinal, o louvor e

a intercessão pelos desvalidos. A razão pela qual se apela à intervenção divina em favor do enfermo, sem referência ao problema do sofrimento humano, é a certeza num atendimento eficaz e seguro, porque se baseia na confiança de que Deus se inclina com tanto mais amor para os necessitados, quanto mais reconhecem as próprias misérias. Por outro lado, a petição centrada exclusivamente nas necessidades humanas, sem abrir-se ao diálogo com Deus, corre o perigo de reduzir-se a um monólogo, demasiadamente ligado às impressões do momento, prescindindo da motivação próxima da oração[7].

Salmo 41 (40) Oração durante a enfermidade

1 Ao regente do coro. Salmo de Davi.
2 Feliz quem cuida do desvalido!
No dia da desgraça, o SENHOR o libertará.
3 O SENHOR vela por ele e o conserva em vida,
e ele é tido, na terra, por bem-aventurado.
— Tu não o entregas à sanha dos seus inimigos —.
4 O SENHOR o assiste em seu leito de enfermidade,
— na doença Tu lhe afofas a cama —.

5 Eu disse: "SENHOR, tem piedade de mim, cura-me! pois pequei contra ti."
6 Os meus inimigos me rogam pragas:
Quando morrerá e se extinguirá seu nome?"
7 Quem me visita, planeja maldade;
acumula maledicência,
fazendo, ao sair, comentários na rua.
8 Todos os que me odeiam, juntos sussurram contra mim,
fazendo prognósticos funestos:
9 "Peste maligna o atingiu;
uma vez acamado, não mais se erguerá."
10 Até meu aliado, em quem eu confiava,
pois comia do meu pão, contra mim
levantou o calcanhar.

11 Mas tu, SENHOR, tem piedade de mim e ergue-me,
para que eu lhes dê o retorno!
12 Nisto conhecerei que te agrado:
que meu inimigo não cante vitória sobre mim
13 e que me sustentas na minha integridade,
mantendo-me para sempre em tua presença.

14 Bendito seja o SENHOR, o Deus de Israel,
desde sempre e para sempre!
Amém! Amém!

Comentário

2a *Exclamação admirativa* sobre aquele que pratica a caridade em favor do desvalido. Essa bem-aventurança é recitada na celebração litúrgica, para que a misericórdia divina seja fonte de conforto e amparo aos fiéis em tribulação e lhes inspire o mesmo sentimento, no desvelo pelos que não foram aquinhoados com as vantagens da sociedade.

2b-4 *Ventura* prometida ao caridoso, quando, em desgraça, perigo ou enfermidade, se beneficiar da intervenção de Deus. A prospectiva dessa segurança na vida humana faz com que se encare com confiança o futuro incerto, valorizando-se o presente na fruição da vida como dom divino.

5-10 *Desventura* do homem sofrido, atri-

[7] L. Stadelmann, *op.cit.*, p. 452-456.

buída ao pecado pessoal, à hostilidade dos inimigos e à enfermidade.

5 *Confissão do pecado*. Ao implorar o perdão, o enfermo espera recuperar a amizade com Deus e, como manifestação do estado de graça, o completo restabelecimento da saúde.

6-10 *Denúncia da hostilidade* da parte dos visitantes, que lhe acerbavam o sofrimento moral com previsões funestas sobre seu estado de saúde. O enfermo queixa-se a Deus da pérfida atitude de um aliado, cuja traição é comparada ao inesperado coice de cavalo. Mais do que amigo, era alguém vinculado a ele pela Aliança, ratificada pelo rito de comer pão, oferecido no momento de enunciar-se a fórmula de adesão ao estipulado.

11 *Súplica* pela recuperação da saúde. A prece reforça-se pela promessa de invalidar o argumento dos inimigos, de que a enfermidade seria sinal da rejeição de Deus. Ao assumir o compromisso de "dar o retorno", o enfermo quer comprovar em público sua acolhida junto a Deus, ao comparecer pessoalmente à liturgia comunitária celebrada no santuário. Trata-se de uma reabilitação moral diante dos inimigos e de uma prova de que goza da amizade com Deus.

12-13 *Expressão de confiança* na amizade com Deus. São três os sinais do amor de Deus, sustentando sua fidelidade na fé: o primeiro é a proteção divina contra os inimigos, cujas insídias são frustradas; o segundo é a assistência divina, que assegura ao homem reconciliado sua perseverança na integridade moral; o terceiro é o acesso à liturgia celebrada na presença divina, no santuário.

14 *Doxologia*, que a comunidade dos fiéis dirige a Deus, para ser entoada sem cessar pelo Povo Eleito. A aclamação litúrgica: "amém", expressa anuência à prece: "Assim seja!"[8]

O sofrimento de Servo de Deus faz lembrar o do paraplégico

"Ele vegetava na sua presença como um rebento,
como raiz em terra seca:
não tinha beleza nem formosura
que atraísse os nossos olhares,
não tinha aparência bela
para atrair os nossos olhares,
nem aspecto para que o procurássemos,
homem das dores e habituado à enfermidade;
era como pessoa de quem se desvia o rosto,
tão desprezível que não fizemos caso dele.
E nós o considerávamos como alguém fulminado,
castigado por Deus e humilhado"
(Is 53,2-4).

Servo de Deus עבד יהוה (*ebed Yhwh*) como figura do homem sofredor: O salmista identifica o servo sofredor no Salmo 22 (21) como "amigo de Deus" (Is 41,8), e como tal é figura representativa do Povo Eleito, passando pela provação extrema de se sentir abandonado por Deus, embora continuasse em vigor a Aliança sagrada com o povo de Israel[9].

O sofrimento do Servo de Deus pode ser atribuído a várias razões: 1º não por causa dos pecados próprios, 2º mas por causa dos pecados dos outros, 3º em lugar dos ou-

[8] L. Stadelmann, *op.cit.*, p. 248-251.

[9] Cf. os quatro poemas dedicados ao "Servo de Deus" (Is 42,1-4; 49,1-6; 50,4-9; 52,13—53,12).

tros, 4º para salvação dos outros, 5º tem significado salvífico para o próprio Servo, não só em vista de sua reabilitação diante dos homens, mas também como esclarecimento do destino e do sentido de sua vida e de seu sofrimento.

Resta perguntar como o profeta chegou a tal mensagem salvífica no AT antes da soteriologia do NT? A resposta só pode ser por uma revelação ao profeta, relacionada à Aliança de Deus com seu povo, que tem como missão ser mediador da salvação divina para todos os povos e não apenas para o Povo Eleito. Essa comunidade é representada pela figura do Servo de Deus, como figura corporativa que personifica a coletividade dos fiéis. Com efeito, salvação verdadeira só existe se for estendida a todos os povos. Mas no AT era preciso fundamentar e difundir a doutrina da mediação dos dons salvíficos através da comunidade de fé, que representa a mão direita de Deus em sua intervenção no mundo e na história.

A *soteriologia* do NT tem Jesus como protagonista na figura de homem sofredor, cujo gesto culminante de doação por amor à humanidade é a aceitação da dor, sofrendo por nós. Neste sofrimento "aprendeu a obedecer" (Hb 5,7-9), vale dizer: aprendeu a condição humana que só se realiza na aceitação do desígnio salvífico de Deus. O termo "obediência" visa a dar um matiz pessoal e esperançoso, que permite superar a aceitação meramente estóica, reavivada por tantos militantes ateus hoje.

O pai de Tobias, deficiente físico por quatro anos

O livro de Tobias é um livro sapiencial do AT que tinha a finalidade de fornecer subsídios de reflexão aos agentes de Pastoral no "Curso de Noivos" daqueles tempos. Os personagens têm o papel de dramatizar um ensinamento para os noivos e suas famílias. A figura do anjo Rafael personifica a providência divina exercendo o patrocínio sobre duas famílias judaicas, cujos dias transcorriam felizes e tristes em meio às mais diversas circunstâncias de alegria e dor, ventura e desventura. O que se visa mostrar ao jovem Tobias não é propriamente a solicitude de Deus para com seus fiéis em aflição, mas a maneira de exercê-la em meio às provações, valendo-se do que parece ser uma sucessão de casualidades em função de um desígnio preestabelecido, dum segredo que só no fim será revelado. A resposta celeste a Tobit e Sara (3,16-17) por uma parte, a revelação de Rafael (12,11-15) por outra, constituem os dois pólos da narrativa. O período de quatro anos de sofrimento pela cegueira pode ser entendido como alusão ao período de quatro gerações de fatalidade, segundo as citações na Bíblia (Ex 20,5; Nm 14,18; Dt 5,9). Importa assinalar o paralelismo de contraste entre o mérito espiritual obtido pela cegueira, suportada com resignação durante quatro anos, e a fatalidade perseguindo o delinqüente e seus descendentes até à quarta geração[10]. Dessa forma, o paciente se de-

[10] Convém distinguir entre a virtude de resignação por motivo religioso e a atitude de resignação fatalista. Esta implica uma inércia espiritual, acompanhada de um comportamento de esquiva e de fuga, eximindo-se de todo e qualquer esforço para iniciar projetos. Em vez de responder positivamente aos desafios para buscar saídas de situações sofridas, o indivíduo cai no conformismo e alega, como subterfúgio, que sua atitude é de entrega total à vontade de Deus.

fronta com a questão de como reagir perante a situação de sofrimento. Poderia tornar-se quer excessivamente agressivo ou passivo, revoltado ou conformista, ou crescer com a situação sofrida em vez de regredir. A motivação religiosa é capaz de dar mais uma dimensão ao comportamento humano. Por exemplo, aceitar o sofrimento por ser fonte de mérito para si mesmo e para a posteridade de seus familiares. A idéia do sofrimento com *valor meritório* tem sua incidência para o bem salvífico de justos e injustos, tendo sua origem no AT (Is 53,11-12). Entretanto, o NT deu um passo em frente ao vincular o crescimento da vida espiritual aos méritos de Cristo, frutos de sua obra redentora. Se, portanto, o portador de deficiência física se motivar com a intenção sobrenatural de oferecer seu sofrimento como oblação a Deus, sua vida terá um tríplice valor, *meritório*, *satisfatório* e *impetratório*, que contribui para o progresso espiritual dos fiéis.

Jó em luta para superar o sofrimento

O tema central do *livro de Jó* não é o sofrimento em si, mas a luta por superá-lo. Como alcançar uma vida íntegra, quando a vida está se desintegrando? A vida de Jó é orientada por sua experiência singular de um sofrimento que coexiste com a inocência. Prova disso é o fato de ele bendizer a Deus apesar dos males. Deus não se lhe revela como inimigo no sofrimento. Jó defende sua inocência mais que sua vida física, porque crê ser ela que lhe permite lançar um repto ao Criador. Por certo, a dignidade da pessoa humana não se esvai pela delinqüência ou decadência moral, embora fique empanado seu brilho. Outrossim, o homem é imagem e semelhança de Deus e por isso é interlocutor qualificado diante do Criador. Surge um questionamento angustiante na alma de Jó, oriundo da aporia entre a bondade de Deus e a maneira de mostrar sinais de sua benevolência (Jó 10). A linguagem do livro é semelhante à diatribe grega, um discurso agressivo e querelante, como recurso literário para desafiar o leitor a tomar parte no diálogo com Deus. A propósito, o tipo de leitor que o autor do livro tem em vista é o deficiente físico que tem na figura de Jó o protótipo dos homens, cujo sofrimento conduz ao encontro com Deus[11].

Deficientes físicos no Novo Testamento

O sofrimento físico de pessoas ocupou boa parte do tempo, da energia, da missão de Jesus de ensinar, curar e fazer milagres. Os sofrimentos dos doentes clamam ao céu pela intervenção divina. O objetivo dos evangelistas de situar as cenas de cura na presença dos líderes judaicos é devido ao fato de eles se considerarem os donos da dignidade moral, civil, religiosa. Além disso, eles controlavam ostensivamente o comportamento de Jesus com relação aos excluídos da sociedade. É que eles negavam-lhes o direito à dignidade, convencidos de que eram deficientes físicos por serem pecadores.

O maior índice de casos de deficiência física e psíquica encontra-se nos relatos sobre endemoninhados, os "possessos do demônio". Nos quatro Evangelhos apare-

[11] L. Stadelmann, *Itinerário espiritual de Jó, tradução e comentário do Livro de Jó*, São Paulo: Ed. Loyola, 1997; este livro bíblico destina-se à reflexão sobre as atividades da Pastoral da Saúde.

cem na relação de milagres, no ministério da pregação, e na controvérsia sobre os exorcismos e as curas de doença atribuída ao demônio[12]. O ponto em questão não é o confronto entre cristologia e demonologia nem a identificação dos dois antagonistas, a saber, Jesus com poder divino e o demônio (quer seja identificado como Satanás ou diabo, espírito impuro ou Belzebu) como espírito do mal. No cristianismo não há um dualismo entre Deus e o demônio, bem e mal, matéria e espírito, porque não estão em pé de igualdade[13]. As histórias dos exorcismos e das curas de doença, atribuída ao demônio, têm por objetivo comprovar a aceitação e a *integração social* dos endemoninhados curados na comunidade cristã. Quem os integra é o próprio Cristo, por ser uma das metas de sua obra de redenção, cuja eficácia se estende sobre o mundo inteiro: "o céu, a terra e os abismos" (Fl 2,10), isto é, o universo, tripartido em três partes cósmicas, incluindo seus habitantes: os anjos do céu; os homens da terra; os mortos abaixo da terra.

É importante assinalar a concepção semítica da Antigüidade, na qual a crença nos demônios se concentrava não só na sua existência, mas também na prevenção contra os ataques dos espíritos do reino de Satanás. Isto é, os seres do mundo espiritual, cujos âmbitos de influência no mundo físico eram precisamente os "postos avançados" como áreas de risco à vida humana por estarem subtraídas à influência de Deus. Havia quatro áreas de risco de grande periculosidade e sob a influência nefasta dos demônios: *doença, prisão, alto mar, deserto*.

No Salmo 107 (106) são mencionadas essas quatro áreas de risco em referência à intervenção de Deus vindo em auxílio dos fiéis do Povo Eleito, arrebatando-os do reino de Satanás (Sl 107,4-32)[14]. Quanto à designação da *prisão*, como a segunda área de risco, ressaltamos o fato de que essa área costumava ser identificada na literatura semítica antiga como sendo o *cemitério*, que foi substituído no Salmo por "prisão", porque homem algum morava no cemitério. No NT, porém, consta a referência ao nome antigo identificando o cemitério como morada dos dois possessos de Gérasa (Mt 8,28-29 // Mc 5,1-10 // Lc 8,26-31). A cura dos endemoninhados consistiu na expulsão dos demônios da alma dos possessos. O afastamento desses intrusos nefastos tornou-se definitivo ao voltarem à outra área de seu domínio, o *alto mar*, o que tornou-se visível pelo estouro de uma grande vara de porcos precipitando-se no mar (Mt 8,30-33 // Mc 5,11-20 // Lc 8,32-39). Quanto à referência ao *deserto* como

---

[12] A explicação da possessão do demônio, mencionada nos Evangelhos, como doença de caráter psíquico, histeria, mania depressiva, neurose, epilepsia, esquizofrenia, é um problema falso. Para Jesus, assim como para seus contemporâneos e os evangelistas, o demônio ou espírito impuro é o verdadeiro agente do mal que oprime o homem, cf. R. Fabris, "Evangelho de Marcos", p. 477-479.

[13] A oposição entre dois reinos e duas potências: o Reino de Deus e o reino de Satanás, é mencionado na literatura extra-bíblica: no livro apócrifo da *Assunção de Moisés* (X,1-10) e nos *Manuscritos de Qumrân*: a "Guerra entre os Filhos da Luz e os Filhos das Trevas" (1QM).

[14] O Salmo 107 (106) é recitado na liturgia de ação de graças pela libertação do exílio em agradecimento perene pela intervenção salvífica de Deus em favor dos fiéis. A vivência da fé no culto tem que prolongar-se até à vida cotidiana, incentivando os fiéis a serem solícitos no tratamento dos deficientes físicos de suas famílias. Cf. L. Stadelmann, *Os Salmos: Comentário e Oração*, p. 536-541.

área de domínio dos demônios, remetemos à narrativa do exorcismo de um possesso surdo e mudo. No comentário explicativo dos evangelistas, consta a referência ao deserto onde os demônios estão armando ciladas aos viajantes extraviados da caravana. Saindo dos lugares ermos, esses mesmos demônios invadem as regiões habitadas em busca de vítimas incautas que lhes possam servir como morada (Mt 12,43-45 // Lc 11,24-26). As outras citações do NT a respeito da cura dos possessos referem-se a intervenções milagrosas em casos de *doença*, como por exemplo a cura da filha de uma mulher cananéia (Mt 15,22 // Mc 7,24) e do surdo-mudo (Mt 9,32-34 // Mc 7, 32-37 // Lc 11,14-15). É de notar a alusão aos meios terapêuticos, como por exemplo a saliva misturada ao pó de argila que foi aplicada ao surdo-mudo (Mc 7,31-37) e ao cego de Betsaida (Mc 8,22-26). O uso deste meio pode ter o sentido de ser um gesto preparatório do milagre propriamente dito e como ato de reconhecimento público de Jesus pelo trabalho empenhativo dos agentes da Pastoral da Saúde daquele tempo. Evidentemente essa terapia foi apenas preparatória para a cura, devida unicamente à intervenção milagrosa de Jesus. O caso do exorcismo da possessão do demônio e cura de Maria Madalena (Mc 16,9 // Lc 8,2) é significativo pelo fato de sua reabilitação no convívio social e integração na comunidade cristã. Ela tornou-se uma discípula engajada no apostolado como testemunha da ressurreição de Cristo (Mc 16,9-11 // Jo 20,11-18).

Ritos de exorcismo já estavam em voga no judaísmo antes do cristianismo. A diferença entre os ritos consistia na fórmula de esconjurar o demônio. No judaísmo, os exorcistas recorriam a uma fórmula mágica para invocar a força de Deus[15], ao passo que no cristianismo se invocavam Jesus ressuscitado e o Espírito Santo[16]. Não é de admirar-se pois que os fariseus questionassem o rito de exorcismo de Jesus que recorria supostamente a uma fórmula mágica com a invocação de Belzebu, chefe dos demônios (Mt 12,22-37 // Mc 3,20-30 // Lc 11,14-28). Nesse ponto, convém analisar o exorcismo mais de perto. Aduzimos o caso de um epiléptico endemoninhado, que era resistente a todas as tentativas dos apóstolos e por isso foi trazido à presença de Jesus: este expulsou o demônio fazendo-o sair "gritando e maltratando muito o menino". É que o segredo da eficácia do rito não está na fórmula mágica nem na técnica do ocultismo ou no exorcista gabaritado, mas na força divina que se precisa implorar pela oração. Quando o pai do menino começou a rezar pedindo a ajuda de Jesus, o demônio foi expulso (Mc 9,14-29 // Mt 17,14-20 // Lc 9,37-43). Aliás, a função de exorcista é atribuída pela Igreja àqueles

---

[15] Cf. Flávio Josefo, *Antigüidades Judaicas*, VIII, 2.5.

[16] A partir do séc. II d.C. começou-se a tratar da glossolalia, como se pode ler nos escritos de Sto. Ireneu (140-190), distinguindo-a da recitação de fórmulas esotéricas. Os sons da fala de pessoas delirantes usavam palavras com sentido misterioso, em uso nos ritos mágicos, compreensivos apenas aos iniciados nos ensinamento esotéricos. Usavam-se de preferência nomes divinos e outros com desinência e sílabas tônicas de sons iguais ou semelhantes. Assim o nome de Jesus rimava com Tamuz etc. Cf. São Justino, *Diálogo com Trifon*, c. 85; G. Dautzenberg, "Glossolalie", em *Reallexikon für Antike und Christentum*, XI, Hiersemann, Stuttgart 1981, col. 225-246.

que possuem o carisma de fazer milagres e o dom de discernir os espíritos (1Cor 12,10).

Chama a atenção do leitor o fato de que os relatos dos Evangelhos incluem os casos de possessos no rol dos enfermos. Parece ser uma situação anacrônica, porque nenhum hospital da atualidade tem um setor reservado a possessos, e muito menos o havia na Antigüidade. A resposta mais provável parece ser o motivo de as religiões pagãs atribuírem a causa da enfermidade ao demônio e por isso compete à religião cristã exorcizar essas crenças e livrar os enfermos do medo de serem vítimas do demônio. Outro fator não menos importante é a finalidade do cristianismo que não se reduz à mera melhoria da qualidade de vida, mas intenciona livrar a humanidade da influência do poder maligno através da graça de Cristo. É esta a razão de que, com a vinda de Cristo, parece ter havido um recrudescimento de possessões diabólicas naquela época como nunca na história, mas que arrefeceu a partir de então devido à dupla intervenção de Deus na humanidade, a saber, a ação de Cristo ressuscitado e a ação do Espírito Santo na Igreja e na alma dos fiéis.

Enfermidade que coexiste com a inocência

No relato da cura do cego de nascença está presente a discussão sobre a problemática farisaica: a culpa pela cegueira seria castigo por algum pecado. Mas a resposta de Jesus é categórica: "Ninguém pecou, nem ele nem seus pais"[17]. Com esta afirmação aconteceu uma reviravolta das concepções abstratas e teóricas sobre a questão do sofrimento, porque ela se transfere do âmbito moral para a *soteriologia*. É que a enfermidade do cego "foi para que nele se manifestem as obras de Deus" (Jo 9,3).

Por isto, os critérios de análise, tão revestidos de interesses próprios e tão bitolados pelas condições sociais, culturais e pessoais em que nos formamos, precisam ser redirecionados para o homem sofredor, cujo protótipo é Cristo que exerce seu poder de Salvador não sentado num trono, mas do alto do patíbulo, para que o vejam os portadores de deficiência física. A resposta que dele esperam não é uma resposta moral, mas o reconhecimento de sua dignidade aos olhos de Deus[18].

O problema da causalidade recíproca entre sofrimento e pecado foi solucionado por Jesus e foi confirmado pelo ensino e por milagres. Como conciliar, porém, a advertência de Jesus dirigida ao paralítico deitado à beira da piscina de Siloé após ser curado: "Não peques mais, para não te acontecer coisa pior"? (Jo 5,34). O que no Evangelho de João está em pauta é a culpabilidade provinda não somente dos pe-

---

[17] Existe uma relação entre enfermidade e pecado, como por exemplo doenças venéreas, conseqüência de excessos com álcool, drogas e esportes radicais,..etc. Algumas doenças hereditárias resultam de pecados dos pais ou antepassados. Quanto aos esportes radicais não incluímos as modalidades esportivas que atendem à saúde e segurança dos esportistas, mas àquelas do tipo de deformações profissionais em voga entre os acrobatas e artistas do circo.

[18] É interessante citar o critério de avaliação dos bem-aventurados no Juízo Final, quando Cristo diz: "Estive enfermo e me visitastes" (Mt 25,36). Pelo fato de Cristo identificar-se com os enfermos, que dependem da solicitude dos familiares e do próximo, se comprova que Cristo assume o fardo e a dor da humanidade. Por conseguinte, Deus está empenhado na luta contra o sofrimento através do engajamento dos discípulos de seu Filho.

cados cometidos (Jo 9,3), mas também dos condicionamentos que preparam o caminho às faltas mais culpáveis (Jo 5,34). Entre os condicionamentos costumam ser citados os inimigos espirituais, como p.ex. a tríplice concupiscência: a concupiscência da carne (avareza), dos olhos (sensualidade), e do espírito (orgulho) [cf. 1Jo 2,16-17]. Destarte, convém ter presente os amplos setores tanto da moral quanto da ascese, nas quais se explicitam o significado e as exigências da práxis cristã.

É bom notar algum detalhe importante que os evangelistas incluem na narrativa da cura dos enfermos e deficientes físicos. Assim por exemplo, na cura do paralítico (Lc 5,17-26) ressaltam-se as peripécias do translado de um paralítico desde seu leito até a rua e no final não restou outro jeito para chegar ao destino a não ser entrar pelo teto da casa onde Jesus se encontrava. O cenário contém uma mensagem importante para o enfermo: sair de casa e apresentar-se a Cristo sacramental na *casa de Deus*, para ali receber o auxílio divino nos sacramentos da confissão e comunhão, através da ajuda dos fiéis. É significativo também o desvelo dos serviçais, que não pouparam esforços em toda essa operação porque sabiam que ele continuaria sendo valioso como intercessor junto a Deus. Isto, porque o deficiente físico não só reza por eles, mas também oferece a Deus seus sofrimentos enquanto carrega sua cruz.

No caso da cura do doente de mão atrofiada (Mt 12,9-14 // Mc 3,1-6 // Lc 6,6-11) chama à nossa atenção o fato de que o cumprimento do amor a Deus e ao próximo exige a observância de práticas distintas. O mandamento do amor a Deus se cumpre, de um modo, pela observância do terceiro mandamento a respeito da santificação do dia do Senhor, que inclui o não trabalhar nesse dia (Dt 5,12-15). O amor ao próximo se cumpre no serviço aos necessitados, também aos enfermos, em casos especiais mesmo no dia do Senhor. Jesus realiza este serviço aos enfermos por milagres, mesmo no dia do Senhor. Outras pessoas, incluindo os agentes da Pastoral Social, realizam de diversas maneiras este serviço aos enfermos pela prática da assistência social ao necessitado, ao passo que Cristo o exerce por um milagre.

O milagre da mulher que sofria de hemorragia (Mt 9,20-22 // Mc 5,25-34 // Lc 8,43-48) põe em destaque o sofrimento de uma enferma por doze anos. O fator decisivo da cura é o poder divino que o próprio Jesus sente em sua pessoa como uma energia que irradia de dentro para fora, ao passo que a mulher sente essa energia ao tocar a orla do manto de Jesus. A mensagem da perícope consiste na eficácia dos meios que proporcionam o contato com Deus. Esses meios são do tipo interno e externo: no primeiro caso trata-se da fé que se alimenta com a confiança em Jesus. No segundo caso referimo-nos às "situações-limite"[19], que são atendidas por gente da área da saúde, com conhecimentos clínicos (p.ex. médicos, enfermeiros), mas também por agentes da Pastoral de Saúde, através de vários serviços, incluídos os sacramentos, também o sacramento da unção dos enfermos.

A condição prévia para o enfermo evo-

[19] A expressão "situações-limite" foi cunhada por K. Jaspers, *Philosophie* II, Berlim: Springer, 1932, p. 203. Trata-se de situações existenciais nas quais se tem de viver com luta e dor, sendo a morte a mais grave de todas.

luir positivamente é livrar-se do medo de ficar relegado à própria sorte. À primeira vista, a deficiência física parece ser um empecilho para o relacionamento direto com Jesus. Isto não se reduz apenas ao "tocar a orla do seu manto". Mas o amor de Jesus, acolhido com fé e confiança pelo deficiente, ultrapassa toda a expectativa.

O relato da cura da mulher encurvada ilustra a intervenção divina de Jesus no contexto de duas instituições sob jurisdição farisaica: a "sinagoga", centro do culto e do ensino da religião judaica, e o "sábado" como dia sagrado, marcado pela observância religiosa. Entretanto, os critérios farisaicos, já fazia muito tempo, se sobrepuseram aos da religião israelita, sob o pretexto de serem sinais distintivos de identidade do judaísmo, visando-se garantir a sobrevivência da religião judaica em meio à maioria de adeptos de outras religiões. O caráter polêmico envolveu também os fiéis da sinagoga, porque ali se infiltrou o próprio Satanás manifestado na deformação da mulher. Por isso era preciso dar prioridade às normas de instituição divina sobre as normas farisaicas, que por sinal eram inócuas na defesa contra os assaltos do demônio. O resultado da intervenção de Jesus foi a cura milagrosa para alegria do povo e vexame dos fariseus (Lc 13,10-17).

Poderíamos estender-nos na verificação de muitos outros casos de deficiência física, citados nos livros do NT para ilustrar o poder divino de Jesus e a eficácia da obra de salvação divina, como também para comprovar a dignidade de pessoa humana e sua integração na comunidade cristã. Mas isto seria privar o leitor da profunda gratificação na busca e descoberta pessoal de outros aspectos significativos nas narrativas bíblicas sobre os portadores de deficiência.

Conclusão

Uma visão de conjunto sobre o tema da deficiência física nos põe em contato com os autores bíblicos que oferecem reflexões de primeira mão através dos enfermos que falam da própria experiência. Eles não se cansam de repetir que o sofrimento só pode ser expresso de forma narrativa e simbólica, não de modo conceitual e intelectivo. O NT faz uma inovação nunca dantes vislumbrada ao introduzir no centro da história da salvação a pessoa de Jesus Cristo que "tomou sobre si as nossas enfermidades e sobrecarregou-se dos nossos males" (Mt 8,17). É o "homem das dores" porque é o libertador de todo sofrimento. Nessa figura sofrida encontramos a expressão distorcida, fragmentária e parcial do "homem como imagem e semelhança de Deus". Dessa imagem de Deus vai surgindo por associação e reflexo um quadro mais amplo, que inclui deficientes físicos e enfermos do mundo todo em busca da transformação das "situações-limite", através da esperança na ressurreição.

Endereço do autor:
Cx. Postal 135 88010-970 Florianópolis - SC
peluis@colegiocatarinense.g12.br
lstadelmann@yahoo.com

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1- Que passagens da Bíblia, referentes às pessoas com deficiência, mais chamaram a sua atenção? Porque?
2- Na sua apreciação, quais são os elementos mais relevantes da prática de Jesus em relação com os deficientes?
3- Como a mensagem bíblica interpela a nossa sociedade na sua forma de tratar os deficientes?

Por uma Igreja conciliar e pluralista
O Vaticano II, o diálogo inter-religioso e a Vida Consagrada

MARCELO BARROS

Qualquer pessoa que, hoje, olhe a Igreja Católica, com o espírito e a visão que o Papa João XXIII tinha, quando, há mais de 40 anos, convocou o Concílio, concordará que, tanto ou ainda mais do que naquela época, esta Igreja precisa de uma nova primavera ou até de uma verdadeira refundação. Afirmar isso, hoje, pode parecer tão irreal e utópico como foi o primeiro anúncio do Concílio na noite do 25 de janeiro de 1959. Entretanto, mesmo se nada na atual estrutura católica revele qualquer desejo de renovação, o aniversário dos 40 anos do encerramento do Vaticano II tem provocado, em muitos corações, a recordação daquele tempo de graça e o sonho de uma revitalização eclesial. Neste mundo no qual, grande parte da humanidade busca um novo mundo possível, as comunidades cristãs têm o direito de esperar que a Igreja possa ser ensaio e profecia deste mundo novo. Principalmente, as comunidades de vida consagrada têm, por vocação, esta missão profética de suscitar o aprofundamento e a renovação da vida eclesial.

Apesar de que, neste início do século XXI, vivemos desafios novos e diferentes do tempo do Vaticano II, as intuições e, principalmente, o espírito do Concílio, podem servir como ponto de partida e nos dar critérios para enfrentarmos a transformação cultural e de civilização que vivemos. Um dos pontos mais inovadores do Concílio e que, nestes 40 anos, mais tem exigido das Igrejas mudanças teológicas e posturas espirituais novas é a abertura ao Pluralismo cultural e religioso vigente no mundo atual e o diálogo com outras religiões e tradições espirituais. Sobre este assunto, vale a pena revermos o caminho percorrido desde o Concílio Vaticano II até este início do século XXI e aprofundarmos o que este novo horizonte de uma teologia da Vida Religiosa aberta ao Pluralismo e de uma prática espiritual do diálogo inter-religioso traz de novo e desafiador para os institutos e comunidades de vida consagrada.

1. O olhar novo do Concílio Vaticano II

O 21º Concílio Ecumênico diferiu dos anteriores, porque não se reuniu para condenar nenhuma heresia, nem mesmo para proclamar um dogma de fé. Como insistiu o Papa João XXIII, sua natureza era pastoral e sua proposta era recolocar a Igreja Católica em diálogo com a humanidade. Em seu diário, Dom Pedro Casaldáliga cita Gustavo Gutierrez ao dizer: "João XXIII propôs ao Concílio como método de trabalho discernir os sinais dos tempos e distinguir entre a substância da doutrina e sua formulação. Ele lançou o Concílio no rumo

de três intuições: a abertura ao mundo, o ecumenismo e tornar a Igreja uma Igreja dos pobres"[1].

Para fundamentar mudanças tão profundas, o Concílio se alicerçou em alguns elementos muito importantes:

1.1. O Primado da Palavra de Deus

Ao valorizar a Bíblia como fonte de revelação e alimento cotidiano do povo de Deus, o Vaticano II superou séculos de polêmica com os evangélicos e deu à Igreja Católica um elemento novo de espiritualidade e de fortalecimento da fé. O primado da Palavra de Deus dominou o Concílio e deu uma nota absolutamente nova à Igreja Católica. Sabemos como isso tem sido fundamental para a espiritualidade cristã.

O padre Camilo Maccise, a partir de sua experiência de superior geral em Roma e de presidente da União Internacional de Superiores Religiosos, escreveu: "O Concílio voltou ao modelo bíblico de Igreja e a apresentou como uma Igreja de comunhão, povo de Deus e sacramento do Reino. Neste modelo, as relações entre os carismas partem do objetivo dos mesmos que é o de favorecer a unidade na diversidade. As distinções entre ministérios não consistem primordialmente em uma ordem hierárquica, mas no tipo de serviço. Este modelo de Igreja exige um modo novo de exercer a autoridade. Infelizmente, no período pós-conciliar, o discurso teórico nesta linha está sendo freqüentemente desmentido por uma práxis eclesial, caracterizada por um crescente centralismo, autoritarismo, dogmatismo e jurisdicismo, geradores de exclusão, ao estilo do modelo anterior de Igreja-sociedade perfeita"[2].

1.2. Renovação Eclesiológica

Ao definir a Igreja como comunidade e sacramento do povo de Deus, espalhado pela terra e membro das mais diversas culturas e religiões, o Concílio ensinou que a Igreja não pode fechar-se em si mesma e tem como missão servir à humanidade para que esta tenha paz e justiça. Indicou caminhos ecumênicos e de diálogo com as outras religiões. Mesmo se tais intuições não foram sempre seguidas pela maioria dos pastores que têm guiado a Igreja Católica no pós-Concílio, a teologia e a espiritualidade católica nunca mais puderam simplesmente ignorá-las.

Para a relação com as outras Igrejas e outras religiões, o Concílio tem o mérito de distinguir "a Igreja do Cristo" da Igreja Católica e diz que "a Igreja do Cristo subsiste na Igreja Católica" (*Lumen Gentium, 8)*. Leonardo Boff sustenta que, de acordo com os textos preparatórios da *Lumen Gentium* e a mente dos padres conciliares, expressa na maioria dos comentários e debates, o *"subsistit in"* significa "concretiza-se", "ganha forma concreta"[3]. A Igreja do Cristo se expressa concretamente (não plenamente nem exclusivamente) na Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II tratou da relação da Igreja Católica com o mundo moderno

---

[1] PEDRO CASALDÁLIGA, **Quando los dias dan que pensar,** Memória, Ideário, Compromiso, Madrid, PPC, 2005, p. 176.

[2] CAMILO MACCISE, **La Violencia en la Iglesia,** Revista Testimonio, noviembre de 2003, p. 04.

[3] LEONARDO BOFF, **Quién subvierte el Concilio? Respuesta al Cardinal Ratzinger a propósito de la Dominus Jesus,** in Revista Latinoamericana de Teologia, 52, enero-abril 2001, p. 37.

ocidental, sem se dar conta das peculiaridades de outros continentes. No Terceiro Mundo, os anos 60 foram marcados por movimentos de libertação na África, tentativas revolucionárias e golpes militares em diversos países da América Latina. O Concílio não falou diretamente a este mundo. Quem fez isso foi a Teologia da Libertação que procurou partir do mundo dos empobrecidos e pôr em prática o que João XXIII sonhava: uma Igreja serva e pobre.

2. O Concílio e as outras religiões

Ao falar das outras Igrejas e ainda mais das outras religiões, o Concílio propôs à Igreja Católica uma mudança radical de rumo. Apesar de que o movimento ecumênico contemporâneo nasceu praticamente com a fundação do Conselho Mundial das Missões, em 1910, na realidade, até o Concílio, Igreja Católica, em seu conjunto, tinha uma postura fechada com relação às outras Igrejas e mais ainda outras religiões. Foram necessárias muitas discussões para se superar a teologia que insistia ser a Igreja Católica a única Igreja verdadeira e instrumento indispensável para a salvação. Este processo se firmou na Constituição sobre a Igreja *(Lumen Gentium)*, se consolidou em novembro de 1964, quando o Concílio promulgou o Decreto sobre Ecumenismo e mais ainda no 28 de outubro de 1965, quando divulga a declaração *Nostra Aetate*... sobre a relação da Igreja Católica com as outras religiões.

O ponto de partida da declaração conciliar é a tomada de consciência de que a humanidade está dividida em muitas religiões e a Igreja se vê com a missão de "promover a unidade e a caridade entre os homens, ou melhor entre os povos" *(Nostra Aetate, 1)*. Para isso, o Concílio olha as outras religiões de uma forma positiva. "As outras religiões universalistas esforçam-se igualmente por responder, de vários modos, à inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e preceitos de vida, como também ritos sagrados (NE 2).

A declaração conclui: "A Igreja Católica não rejeita nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas, que, embora em muitos pontos, difiram do que ela mesma crê e propõe, refletem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens. Eis porque a Igreja exorta os seus filhos a que, com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração com os membros das outras religiões, e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores socioculturais que nelas se encontram. Por isso, a Igreja exorta os seus filhos a que, com prudência e caridade, por meio do diálogo e da colaboração com os membros das outras religiões, e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores socioculturais que nelas se encontram" (NE 2).

Embora as outras religiões sejam vistas positivamente, o Concílio resguarda a superioridade da Igreja Católica. As outras religiões têm "fagulhas ou chispas da verdade" (NE 2) ou como diz a Constituição sobre a Igreja, se constituem como "preparação evangélica". Conforme o Concílio, as outras religiões contam com uma pre-

sença secreta de Deus, mas o que nelas é secreto, na Igreja, seria revelado (Cf. Decreto *Ad Gentes*, 9). De qualquer modo, foi este olhar de simpatia e amor, mesmo ainda não totalmente ecumênico que permitiu a grande mudança de paradigmas que vivemos nas últimas décadas do século XX, com o surgimento de uma teologia aberta ao Pluralismo cultural e religioso.

3. A revolução copernicana da teologia

O teólogo norte-americano John Hick utilizou esta expressão para sublinhar a mudança radical que acontece no cristianismo quando a Igreja muda a forma de se compreender a si mesma como caminho único ou privilegiado de salvação e aceita que Deus fala à humanidade das mais diversas formas e nas mais diferentes religiões e tradições espirituais. Hick diz que, no plano teológico, é preciso passar do modelo ptolomaico para o modelo copernicano. A doutrina "fora do cristianismo não há salvação" lembra a teoria de Ptolomeu. O cristianismo como centro do universo religioso. É preciso mudar essa perspectiva. Copérnico descobriu que é o sol e não a terra que está no centro e todos os corpos celestes, inclusive a terra, giram em torno dele. Nós devemos compreender que o universo religioso é centrado em Deus e não no cristianismo ou em qualquer outra religião. É ele, o sol, do qual vem a luz e a vida, ele que todas as religiões refletem, cada uma de sua maneira"[4]. Conforme Hick, na teologia cristã, a revolução copernicana é a aceitação do Pluralismo cultural e religioso, vigente no mundo atual, como fato positivo e que contribui para a fé cristã[5]. A pluralidade das religiões não é uma fatalidade diante da qual temos de nos conformar e, por isso, exercer com os outros a caridade. A própria existência das diversas religiões no mundo é graça de Deus e é importante para o projeto divino sobre a humanidade.

Em um documento preparatório ao Sínodo Asiático (1999), a Federação dos Bispos Católicos da Ásia declarou: "O fundamento principal da teologia do diálogo e das religiões é a certeza da universalidade da graça de Deus. Deus se dá e sobre isso, nós, seres humanos, não podemos ter nenhum controle. (...) Por isso, devemos conhecer o que Deus disse e continua a dizer de mil maneiras à humanidade. Consagrar-se a isso com toda a nossa atenção é uma forma de prestar homenagem à graça divina. (...) Podemos compreender as religiões como respostas ao encontro com o mistério divino ou com a realidade última. Por isso, as tradições religiosas da humanidade têm um lugar no projeto divino da salvação"[6].

É claro que isso obriga a Igreja a rever toda a sua Eclesiologia e principalmente a sua Cristologia. Mesmo antes do Vaticano II, Roma e grande parte da teologia católica já tinha superado uma teologia eclesiocên-

---

[4] J. HICK, **"Whatever Path Men Choose is Mine"**, p. 70- 71, citado por JEAN CLAUDE BASSET, **Le dialogue interréligieux**, Ed. du Cerf, 1996, p. 40.

[5] JOHN HICK, **God and the Universe of Faiths**, 1973, citado por FAUSTINO TEIXEIRA, **Teologia de las Religiones, Una vsión panorámica**, Quito, Ed. Abya Yala, 2005, p. 57.

[6] FEDERAÇÃO DOS BISPOS DA ÁSIA, **O que o Espírito diz, hoje, às Igrejas**, Documento de estudo para o Sínodo Asiático, maio de 1999, cap. III, 1. Cf. Revista SEDOC, julho de 2000, p. 35.

trica que entendia ao pé da letra o provérbio "Fora da Igreja não há salvação". Hoje, se queremos aprofundar verdadeiramente o diálogo inter-cultural e inter-religioso, temos de superar uma visão inclusivista, segundo a qual, as outras religiões são caminhos de salvação, mas por um caminho que, no fundo, pertence aos cristãos: a mediação de Jesus Cristo. Não poucas vezes, ao falar do Cristo como único salvador, subrepticiamente se introduz a superioridade da Igreja e dos seus ministros[7].

4. Teologia Pluralista e libertação humana

A postura da Igreja em relação às outras religiões não é apenas assunto acadêmico ou teológico. A postura exclusivista (só a Igreja tem a verdade e é o único meio de salvação) legitimou guerras e massacres. Na América Latina, as religiões indígenas e negras foram perseguidas e reprimidas em nome do exclusivismo cristão. O fato de, em muitos momentos da História, a Igreja ter sido conivente com a escravidão e com a injustiça não foi expressão apenas de algum bispo mais rígido ou extremista. Infelizmente, foi conseqüência do próprio sistema teológico que sacraliza o poder patriarcal e propicia uma separação sempre hierárquica entre ser humano e criação, assim como aceitou a discriminação de gênero, de raça e outros pecados. Hoje, cada vez, aumenta mais o número de teólogos e teólogas comprometidos com a caminhada da libertação e que estão convictos/as: ou fazemos teologia pluralista e aberta às outras culturas e outras religiões, ou não faremos uma verdadeira e profunda teologia da libertação. Na década de 60, Dom Hélder já se dizia escandalizado ao perceber que os países ricos e dominadores do mundo se dizem cristãos, enquanto a maioria pobre da humanidade (na Índia, na África e mesmo na América Latina os mais deserdados que são índios e negros) se situa em outras culturas e religiões. Uma teologia da libertação centrada apenas em princípios eclesiológicos cristãos deixa de fora grande parte da humanidade e não cumpre o seu papel em um momento no qual as guerras, a violência e a dominação tomam também um caráter inter-religioso. Em sua assembléia geral de 2001, em Quito, a ASETT (Asociación Ecuménica de teólogos y teólogas del 3° Mundo) definiu como tema prioritário de suas atividades teológicas até 2006 desenvolver e aprofundar uma Teologia da Libertação a partir do paradigma novo do Pluralismo cultural e religioso[8].

5. Conseqüências para a Vida Consagrada

O que significa para as pessoas e comunidades de vida consagrada, repensar

---

[7] JOSÉ MARIA VIGIL, **Espiritualidade do Pluralismo Religioso, uma experiência espiritual emergente,** in OBRA COLETIVA, **Pelos muitos caminhos de Deus, vol I,** Goiás, Ed. Rede da Paz, 2003, p. 105.

[8] Sobre isso, a Comissão Teológica da ASETT - AL decidiu publicar uma coleção de cinco livros com o título geral "Pelos muitos caminhos de Deus". Já saíram dois destes volumes e o terceiro está no prelo. Além disso, propôs que a revista internacional Concilium dedicasse todo um número a este tema, o que foi aceito e está sendo preparado em comum. Cf. LUIZA TOMITA, JOSÉ MARIA VIGIL E MARCELO BARROS, organizadores das obras coletivas, **Pelos muitos caminhos de Deus,** Goiás, Ed. Rede, 2003 e **Pluralismo e Libertação,** São Paulo, Ed. Loyola, 2005.

a fé e a prática de nossos institutos e comunidades a partir do Pluralismo cultural e religioso e da teologia que o Concílio Vaticano II abriu no caminho do diálogo inter-religioso?

Antes de tudo, significa rever toda a teologia e a espiritualidade da Vida Consagrada. A teologia e a espiritualidade que sustentam nossas comunidades e institutos foram desenvolvidas a partir de uma visão exclusivista da fé cristã. Foi para desbancar e vencer outras visões de Deus que os cristãos sublinharam uma imagem de Deus patriarcal, todo-poderoso, ("Só Tu és o Senhor!"), perfeito e separado do mundo (Em uma época mais antiga, os judeus fizeram isso e mais tarde, os muçulmanos aprenderam a receita).

Ao herdar esta teologia resultante de violência sobre o diferente, a vida consagrada, tanto masculina como feminina, foi muito marcada por esta cultura. Ainda é organizada a partir de elementos patriarcais, de uma busca da perfeição que tem dificuldade de integrar o negativo que existe na vida, como de superar o dualismo entre natural e sobrenatural, mundano e religioso. As conseqüências disso são tão profundas e abrangentes que nem sempre são visíveis ou se deixam perceber. Muito do triunfalismo ou da pretensa superioridade que sempre tentam institutos e comunidades consagradas vêm da concepção mesma de um Deus todo-poderoso e perfeito que distribui seus dons conforme o seu desejo pessoal, livre e arbitrário. O próprio termo "vida religiosa" ou mesmo "vida consagrada", que, apesar de tudo, é mais amplo, ainda revela uma sensibilidade que não consegue fugir da concepção de um Deus exclusivo e que admite diferença de classes espirituais (não sociais) e todas as suas conseqüências. Embora o problema na época fosse a teologia da graça, o fato é que, no século XVI, Lutero sentiu isso na pele e por isso criticou a vida monástica.

Uma teologia e espiritualidade auto-centrada leva as comunidades religiosas a viverem a fé, como se o mundo se resumisse quase à congregação. O mundo atual está, progressivamente, fazendo "a passagem de uma concepção da história ligada às culturas, às religiões, aos estados-nações, às classes sociais e às pessoas referenciais para uma história coletiva e planetária da espécie humana"[9]. Neste contexto, a vida consagrada não pode dar um testemunho de auto-fechamento. É compreensível que cada ordem tenha sua espiritualidade e suas referências de santidade. Entretanto, isso não pode ser fator de isolamento. Até na forma de cultivar a piedade aos santos e santas próprios de cada família religiosa, as nossas ordens e congregações ainda revelam toques de uma cultura exclusivista e auto-centrada. Há pessoas que se surpreendem, ao encontrar, no corredor central do mosteiro beneditino de Goiás, uma imagem de São Francisco de Assis, como também ao ver que a hospedaria do Mosteiro se chama "Casa Santa Tereza d´Ávila".

A cultura de que só nós temos a salvação ou a temos de forma privilegiada e melhor do que outros provoca inconscientemente até a dificuldade de inserção social. Mesmo os institutos criados para consagrar-se aos mais pobres têm tido dificuldade em elabo-

[9] LEONARDO BOFF, **Virtudes para um novo mundo possível, Hospitalidade:direito e dever de todos**, Petrópolis, Vozes, 2005, p. 9.

rar uma compreensão nova, mais livre e libertadora da vida consagrada a partir da inserção. É como se a vida fosse dividida em duas: uma quando estamos com as pessoas pobres a cujo serviço nos dedicamos e outra é o modo de viver no mundo interno da comunidade. Este dualismo está ligado a um tipo de teologia e prática eclesial baseado no exclusivismo teológico com sua visão de Deus e sua reflexão cristológica. Uma vida consagrada, repensada a partir da comunhão solidária com os deserdados deste mundo tem também que refazer sua própria visão de Deus e só assim poderá atualizar sua espiritualidade e exercer um ministério de diálogo inter-cultural e inter-religioso.

A vida consagrada é uma vocação universal. Há monges, monjas, consagrados e consagradas na maioria das religiões e todos têm elementos comuns. Entretanto, até agora, são poucos os contatos e frágil a tentativa de um diálogo entre religiosos/as de tradições diferentes para se apoiarem mutuamente. A Teologia do Pluralismo não significa relativismo, ou menos ainda diminuição do que é próprio à fé cristã. Entretanto, põe em cheque a linguagem tradicional à qual estamos habituados e exige o desafio de revermos os fundamentos da fé. Leva-nos a aprofundar o caminho do encontro com Deus e mergulhar na sua graça, onde o amor divino nos chama, no diálogo com o diferente.

6. Passos de uma vida consagrada em diálogo

É claro que toda comunidade ou instituto de vida consagrada não pode ou deve se dedicar ao diálogo inter-religioso, como trabalho pastoral. No entanto, toda comunidade cristã e mais ainda de vida consagrada deve viver sua fé de forma descentrada e repensar sua missão a partir do desafio do Pluralismo cultural e religioso, hoje, mundial. É preciso expressar a nossa fé e espiritualidade de forma amorosa e macro-ecumênica. Como realizar isso?

1º – Centralizar a espiritualidade na mística do reino. Somos discípulos e discípulas de Jesus, vivendo o seguimento do mestre no testemunho e no anúncio do reino de Deus, reino mais amplo do que qualquer Igreja ou religião, reino que está em processo e se manifesta em toda ação humana pela paz e pela justiça.

2º – O fundamento de nossa vida é a certeza de ter recebido um chamado. Daí a centralidade da Palavra de Deus. Em um mundo de convivência pluralista, a palavra divina que, para nós, vem através da Bíblia, precisamos também escutá-la e testemunhá-la presente e atuante nas outras tradições espirituais.

3º – Para conhecer esta palavra diferente que Deus pode dar a nós, cristãos/ãs e especificamente religiosos/as, é preciso percorrermos o processo sugerido pelo documento "Diálogo e Anúncio", publicado pela Comissão Pontifícia para o Diálogo Inter-religioso em comum com a Congregação para a Missão (1991). São etapas ou passos no aprofundamento do diálogo inter-religioso. Estes passos não são necessariamente um depois do outro, mas metodologicamente vão se complementando e se aprofundando. O primeiro passo é o início do processo de um verdadeiro diálogo inter-religioso. Trata-se do "diálogo de vida", isto é, conhecimento humano e amizade como primeiro passo, para então se estabelecer relações de inter-ajuda e colaboração no plano social. Este diálogo no

serviço ao povo e à realidade social é o segundo passo do diálogo inter-religioso. A partir desta base da relação humana e do serviço em comum, se consolida o terceiro degrau do processo: o diálogo propriamente de fé, de doutrina, de compreensão religiosa. Assim irmanadas, as pessoas podem aproveitar melhor a quarta etapa (já expliquei que não são exatamente etapas, já que podem ser simultâneas e originais). Para quem é consagrado, é a meta do diálogo inter-religioso, o encontro interespiritual, o diálogo na oração, na intimidade com Deus. Na minha congregação (monges beneditinos da Congregação de Subiaco), em mosteiros como as abadias de *En Calcat* e *La Pierre qui Vire* (França), monges beneditinos passam períodos em mosteiros budistas no Oriente e monges budistas se hospedam por meses nestes mosteiros, aprofundando um diálogo que enriquece a ambos os lados.

4º – Para vivermos e ajudarmos nossa Igreja a viver uma teologia e uma espiritualidade descentrada e tendo o seu eixo na mística do reino, é fundamental cuidarmos da renovação de nossa própria mente e da renovação da Igreja, em função da transformação do mundo. Em estruturas eclesiásticas fechadas, não há possibilidade de qualquer diálogo, menos ainda do inter-religioso. O Papa João XXIII dizia que para abrir a Igreja às outras confissões cristãs, era preciso, em primeiro lugar, "arrumar a casa", isto é, proceder um processo sério e exigente de renovação eclesial.

No que diz respeito à própria base da eclesiologia (o que é a Igreja), a estrutura de um instituto de vida consagrada que tem casa geral em Roma, um código de leis para o mundo todo e pensa o papa e a cúria romana como os responsáveis maiores, como se o mundo todo fosse uma diocese única e o papa o seu bispo, dificilmente conseguirão ultrapassar a cultura de Igreja cristandade (necessariamente exclusivista) e se doar ao diálogo com o diferente. É urgente retomar do Concílio Vaticano II a eclesiologia da Igreja local. Nossas dioceses não são filiais ou departamentos locais de uma Igreja internacional, como agora parecem. Cada comunidade local realiza o mistério da Igreja em sua plenitude. Cada diocese é uma Igreja completa e com direito de ter seu rosto próprio, em comunhão com as Igrejas do mundo todo e na unidade com o bispo e a Igreja de Roma. Nossas congregações parecem ter avançado internamente no processo de descentralização, mas não dão a impressão de ajudarem profeticamente a Igreja a avançar neste caminho redescoberto pelo Concílio.

7. Para concluir o assunto

"Sonhamos com uma igreja participativa, toda ministerial, unida no respeito à diversidade, missionária, uma igreja mãe, acolhedora, defensora dos pobres e excluídos, aberta aos novos desafios Uma igreja onde o poder seja mais partilhado, abrindo espaço para a participação das mulheres em todas as suas instâncias de serviços e decisões. Acreditamos na vocação profética das CEBs, contribuindo para que a Igreja em suas estruturas se torne mais circular, colegiada, acolhedora, inclusiva nas suas relações de gênero". Assim se pronunciaram, na carta final, os quase 4000 participantes do 11º Encontro intereclesial de CEBs no Brasil (Ipatinga, julho de 2005). Este parece ser o desejo da maioria dos cristãos do mundo todo com relação a suas

Igrejas. É esta profecia que as comunidades de vida consagrada precisam antecipar profeticamente por sua experiência de organização e de vida. Se fazemos isso, estamos construindo uma boa base para uma abertura teológica e espiritual para o diálogo inter-religioso em nossas comunidades e na Igreja.

No contexto atual de crise estrutural que se manifesta na Igreja e na vida consagrada, uma visão positiva do Pluralismo Religioso e o engajamento no caminho do diálogo com outras religiões e tradições culturais podem ser elementos revitalizadores da Igreja e especialmente da vida consagrada. Em territórios de cultura islâmica, como em algumas aldeias indígenas no Brasil, constata-se que pessoas consagradas, especialmente irmãs, têm muito mais condições de aprofundar o diálogo com essas culturas e suas expressões religiosas do que quem tenta isso pelo caminho intelectual ou pastoral. Seria urgente preparar melhor as comunidades religiosas inseridas em bairros e favelas de nossas cidades, como também as comunidades inseridas no campo a se tornar capazes de aprofundar o diálogo com grupos religiosos negros e de tradição indígena.

De 22 a 26 de outubro de 1968, monges católicos e budistas fizeram uma assembléia cúpula em Calcutá. Ali, Thomas Merton, trapista e escritor norte-americano, afirmou: "O nível mais profundo da comunicação não é a comunicação, mas a comunhão. Ela é sem palavras. Ela está além das palavras, além dos discursos, além dos conceitos. Nós não estamos descobrindo aqui uma unidade nova. Descobrimos uma unidade antiga. Meus queridos irmãos e irmãs, nós já somos Um. Mas imaginamos não ser. O que temos de reencontrar é nossa unidade original. O que temos de ser é o que nós somos"[10].

Marcelo Barros. O autor é monge beneditino, biblista e autor de 29 livros, dos quais o mais recente é "A Vida se torna Aliança" (Orar ecumenicamente os Salmos), Ed. CEBI – Rede da Paz, 2005.
Endereço do autor:
Mosteiro da Anunciação
Caixa Postal: 5 – Goiás/GO
Email: mosteiro@rededapaz.com.br

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1- Na sua percepção, como o Vaticano II contribuiu para o avanço do diálogo inter-religioso nas últimas décadas?
2- O que significa para você e sua comunidade repensar a fé e a prática de seu instituto e/ou província, a partir do pluralismo cultural e religioso e da teologia que o Concílio Vaticano II abriu no caminho do diálogo inter-religioso?
3- Você e sua comunidade se consideram preparados para contribuir para esse diálogo? Porque?

---

[10] Extemporaneous Remarks by Thomas Merton, citado por JEAN-CLAUDE BASSET,, **Le Dialogue Interréligieux,** histoire et avenir, Paris, Ed. du Cerf, 1996, p. 122.

Doutrina social da Igreja, solicitude social, políticas públicas e conjuntura sócio-política nacional

FREI MARCIO HENRIQUE PEREIRA, OFM

Recentemente o Conselho Pontifício para a Justiça e Paz lançou o *Compêndio de Doutrina Social da Igreja* (CDSI) no qual há o empenho em sintetizar o percurso da reflexão da Igreja, particularmente do Magistério, sobre os candentes temas sociais a afetar a sociedade hodierna. Ao abordar a Doutrina Social alguns aspectos precisam ser considerados, tais como a solicitude social das igrejas cristãs desde os seus primórdios como a inserção do tema na conjuntura social dos nossos dias. É o que pretendemos por este artigo[1].

I. Noção de DSI – doutrina social da Igreja e a solicitude social

O CDSI trouxe uma importante noção do que vem a ser a Doutrina Social da Igreja. Permite perceber que, embora *doutrina social da Igreja* (DSI) designe particularmente o 'corpus doutrinal' do 'Magistério dos Romanos Pontífices e Bispos em comunhão com eles', a *solicitude social* da Igreja não está adstrita a este corpus.

A locução *doutrina social* remonta a Pio XII e designa o corpus doutrinal referente à sociedade que, a partir da *Encíclica Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, se desenvolveu na Igreja do Magistério dos Romanos Pontífices e Bispos em comunhão com eles. A solicitude social não teve certamente início com tal documento, porque a Igreja jamais deixou de se interessar pela sociedade; não obstante a *Encíclica Rerum Novarum* dá início a um novo caminho inserindo-se numa tradição plurissecular, ela assinala um novo início e um substancial desenvolvimento do ensinamento em campo social (Pontifício Conselho de Justiça e Paz, 2005: 59)

Ou seja, a *solicitude social* configura-se como um gênero que acompanha a Igreja desde os seus primórdios, em seu permanente 'interesse pela sociedade' e a locução 'doutrina social', por sua vez, refere-se ao conjunto de doutrina promanado do Magistério e que tem um ponto de inflexão relevante, a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. A locução, como tal, é bem recente em termos de história eclesiástica (de Pio XII), mas não o é a solicitude social, que já está contida na Revelação.

Poderíamos entender a DSI, então, como conjunto doutrinal acerca de temas a envolver a sociedade, consignado em registros documentais e formais do magistério

[1] Este artigo condensa as noções fundamentais e debates havidos no curso sobre *Doutrina Social da Igreja e políticas públicas* que ministrei no início de agosto de 2005 para o clero da diocese de Ipameri (GO), que nos propusemos transformar num artigo a fim de servir a outras comunidades eclesiais.

eclesiástico, a fim de elucidar e precisar os elementos cridos e vividos pela multiplicidade das igrejas que constituem a Igreja Católica. A solicitude social, lhe é anterior, mais ampla, mais informe, com contornos menos nítidos, sujeitas tanto às intempéries sociais como (e sobretudo) ao influxo do Espírito Santo na Igreja e na sociedade. São justamente os elementos 'cridos e vividos' pelas igrejas na busca de soluções sociais relevantes.

A propósito da Revelação é conveniente ressaltar que a mesma se constitui, ao lado da 'lei moral natural'[2], fonte em que bebe a Igreja para sua solicitude social e, conseqüentemente, para a doutrina social. Todavia, uma vez que a Sagrada Escritura, ao lado da tradição, é a principal base para o entendimento da revelação é mister também reconhecer que não se pode deduzir uma única forma de atuação social ao longo da trajetória da história da revelação. São muitos livros, compostos em tempos muito variados para públicos muito diversificados com respostas aos problemas sociais igualmente multifacetados. Assim, é preciso encontrar o fio condutor da perspectiva social da Sagrada Escritura, cujo eixo seguramente é a conduta de Jesus ante os desafios de seu tempo expressos nos evangelhos, e perceber igualmente que temos possibilidades criativas de atuação conjunta ante os fenômenos de cada tempo em sua específica manifestação.

Portanto, Revelação Divina mais Tradição da Igreja e Lei Moral Natural constituem-se as fontes da DSI. Vejamos, pois, como o Pontifício Conselho de Justiça e Paz expressa esta interação:

Sobre a Revelação Divina

A doutrina social tem o seu fundamento essencial na Revelação bíblica e na Tradição da Igreja. Neste manancial que vem do alto, ela haure a inspiração e a luz para compreender, julgar e orientar a experiência humana e a história. Antes e acima de tudo está o projeto de Deus sobre a criação e, em particular, sobre a vida e o destino do homem, chamado à comunhão trinitária (Pontifício Conselho de Justiça e Paz, 2005: 51).

Sobre a lei natural

Na diversidade das culturas, a lei natural liga os homens entre si, impondo princípios comuns. Muito embora sua aplica-

---

[2] 'Lei natural' é conceito aceito no âmbito das igrejas cristãs com relativa tranqüilidade. Em linhas gerais, diz respeito à capacidade humana de caminhar segundo normas universais inscritas no interior de cada ser pela ação da própria divindade e que os torna aptos, pelas próprias faculdades e consciência, de trilharem pelo caminho do bem e da santidade, fortalecidos pela graça de Deus. A *reta razão* por si mesma é capaz de discernir os princípios éticos fundamentais, porque favorecida pela graça. Não é, todavia, conceito unânime fora do âmbito eclesiástico. No campo do direito, por exemplo, há forte tendência, denominada de positivismo jurídico, que só aceita a norma, geral ou particular, derivada da sociedade, e de alguma forma inscrita nos códigos sociais, sejam os códigos escritos, na tradição civilista do direito romano, ou em normas costumeiras, na tradição anglo-saxã. De todo modo, para o positivismo, que tem muitos adeptos, só os preceitos positivados em lei, resultantes dos acordos e conveniências sociais, valem. Esta idéia evidentemente grassa numa sociedade em que a concepção do Transcendente é esvaziada ou posta de lado, e restrita ao âmbito das escolhas pessoais e privadas, como são os nossos tempos. Some-se a isto a dificuldade do homem contemporâneo em aceitar princípios, ainda que elementares, a balizar a conduta geral da sociedade. Impera neste campo o 'relativismo', em que as coisas são mais ou menos instáveis e sempre condicionadas aos contextos sociais e históricos. O pluralismo das sociedades atuais é outro sério elemento a ser ponderado.

ção requeira adaptações à multiplicidade de condições de vida, segundo os lugares, as épocas e as circunstâncias, ela é imutável, permanece 'sob o fluxo das idéias e dos costumes e constitui a base para o progresso...' A lei natural é fundamento preparado por Deus para a Lei revelada e para a Graça, em plena harmonia com a obra do Espírito (id., ibid.: 87).

Logo, não há de se esperar do conjunto doutrinário no que respeita aos problemas sociais soluções "técnicas" precisas. Não há nem pode haver. As manifestações são muito amplas, plurais, diversificadas e exigem uma inculturação. E os documentos do magistério se propõem a atacar as questões em termos de princípios, à luz dos Evangelhos e na escuta atenta da vontade do Senhor acerca daquela realidade para a qual se está dirigindo a atenção. Tampouco se verifica uma opção por um determinado modelo político-econômico. Nisto se poderia objetar que, então, acabaríamos por nos fundamentar em princípios genéricos demais, incapazes de tocar as causas últimas dos problemas a que pretende atacar: uma via, que por se pretender neutra em termos políticos, acabaria redundando inócua, uma vez que a sociedade se compõe também de dimensões e escolhas políticas. Mas é conveniente recordar que nenhum modelo político-econômico se mostrou eficaz no enfrentamento radical dos problemas sociais. Ao contrário, tantas vezes acabaram por acentuá-los, mesmo os que se propunham como de vanguarda, de esquerda e, não raras ocasiões, incidiram num totalitarismo ou desmandos piores do que aqueles aos quais se opunham. O século XX é recheado de exemplos neste sentido (cf. Hobsbawn, 1995: 363 e ss; 447 e ss).

Logo, a categoria da Doutrina Social da Igreja configura-se como norteador, e as opções concretas devem se delinear conforme as peculiaridades de cada cultura e nação, sempre no risco dos desacertos e fracassos da experiência humana (mas que não diluem a necessidade de enfrentamento dos problemas, mormente no campo político-econômico). Não se pode colocar acima mas inserida no contexto de conflitos inerentes ao social. Seu ponto de apoio é o Evangelho, a Boa Nova do Reino, a iluminar as condutas, pessoais e coletivas, dos cristãos em sociedade.

II. A preocupação social contida na Sagrada Escritura

No Antigo Testamento (AT), as linhas gerais acerca de uma postura de responsabilidade social podem ser hauridas já na Lei Mosaica. As relações de *posse* e *propriedade* e a forma de concepção do trabalho são bastante distintas do universo cultural de outros povos. Aliás, os modernos conceitos de *posse* e *propriedade* dos estados modernos do ocidente, derivado das sutilezas e distinções do sistema jurídico romano, não cabem perfeitamente nem na mentalidade judaica primitiva nem nas comunidades tradicionais que se mantiveram até os dias atuais.

Entre os israelitas há um concepção de domínio que equivale ao reconhecimento da propriedade particular mas indissociável de sua função social. Enquanto, por um lado, o furto e cobiça são condenados (Ex 20, 15-17), por outro lado, a lei procura refrear ganância dos proprietários, que redunda detrimento dos humildes e trabalhadores. Tanto o penhor como o empréstimo legal cede à necessidade do pobre –

que não deve ser desprovido do manto que o cobre (Dt 24,14 s). Não há diferença entre assalariado compatriota ou estrangeiro (Dt 24,10-13), elemento constitutivo do direito em Israel a se constituir como profunda inovação em relação aos povos antigos. Note-se que o *estrangeiro, órfão, viúva* gozam de especial consideração (Dt 24,17 s), em decorrência não só de seu desprestígio social mas porque são categorias da população à mercê de sua própria sorte. Numa sociedade de base patriarcal e cuja identidade social é constituída sobre os vínculos parentais, de clã, tribo e aldeia, são realmente grupos sociais muito sujeitos a discriminações[3], sem participação na base econômica de produção alimentícia e sustento, e sem acesso aos bens comuns. Daí a significação destas normas.

A prática da justiça é vontade do *Senhor, Deus de Israel,* que se opõe aos grandes homens da terra em sua injustiça e venalidade (Eclo 35,11-15)[4]. Há já aqui o gérmen da reflexão que desembocará na noção essencial de *caridade* do Novo Testamento e terá um equivalente no direito romano, segundo o qual os ditames de justiça embasados na prática estrita de direitos e deveres podem acabar resultando em tremenda injustiça (*Summum ius, summa iniuria*). Os profetas denunciam com severidade as *injustiças sociais* e a *exploração dos pequeninos*. Amós é o protótipo (Am 5,10-14;2,6s). Protestam contra a venalidade da justiça (Mq 3,9-12; Am 6,12). Entendem a prática religiosa como indissociável da prática da justiça. As celebrações rituais e atos penitenciais desacompanhados de respeito ao próximo é hipocrisia (Jr 7,2-7; Is 1,10s.15.18), abomináveis aos olhos do Senhor (Is 58,3-5ª) e ridículas (58,5b e 6-8). A sabedoria está vinculada à prática da justiça e retidão: sobriedade oposta à opulência, miséria que pode conduzir à tentação (Mq 6,6-8, Pr 30,7-9). O sistema religioso pode servir à injustiça (santuários) - (Am 5,4-6ª). Conclama a necessidade de conversão mais que de práticas exteriores (// entre Dt 12,5, Sl 23,6 e Am 5,14s). Em linhas gerais, os escritos vetero-testamentários manifestam um elevado senso humanitário, que prepara as condições para a noção da justiça cristã, que sucede àquela do povo de Israel do AT, mais aprimorada, copiosa e generosa (cf. Mt 5,20)

Nos escritos do Novo Testamento condensam-se as verdades fundamentais da doutrina social católica, a saber: considera-se vivamente a dignidade transcendental e inalienável da pessoa humana; a unidade do gênero humano e, conseqüentemente, a fraternidade de todos os homens; reflete-se intensamente as relações de família e deveres recíprocos dos esposos, pais, filhos, patrões e empregados; pondera-se a origem divina da autoridade com o respeito correspondente

---

[3] De fato, constituíam-se como grupos de risco: *viúva* – desprovida, portanto, do marido para o sustento e sem nenhuma forma de amparo ou assistência social -, *órfão* – sem referência familiar e igualmente desamparado, marginalizado e, *estrangeiro* – sem tradição de parentesco construída localmente, alheio às práticas de pureza rituais dos israelitas e cuja simples presença equivale a uma ameaça de preservação dos laços de sangue, da identidade étnica, por meio de uniões afetivo-sexuais, assim sujeito à exclusão.

[4] Cf. também, acerca do tratamento dispensado ao estrangeiro: Lv 19,9s e 23,22.

te; apresentam-se normas morais de justiça e, principalmente, de caridade, com regras explícitas concernentes à posse e ao uso das riquezas. Apesar de não visarem diretamente a uma *reforma social* esses princípios preparam o terreno à sua realização, resistem e até dissolvem antigas concepções pela transformação das mentalidades.

A sociedade do tempo de Jesus era marcadamente uma sociedade dividida, em qualquer plano a que se procure investigar (político[5], econômico, religioso ou social). Israel, palco de inúmeras dominações dos impérios circunvizinhos, trecho de passagem de vários povos, foi sempre nação espezinhada, subjugada, mas igualmente rebelde e com ganas de emancipação. A sociedade israelita como um todo e a dos judeus, em particular, encontrou no eixo cultural/religioso os elementos para firmar sua identidade como povo, como nação e o modo de resistir à dominação dos sucessivos impérios dominantes.

No contexto da sociedade judaica de então é que se pode entender a atitude de Jesus e sua proposta de nova humanidade. Um projeto extremamente 'revolucionário', enquanto mudança radical de parâmetros. Note-se que, segundo a descrição dos evangelhos, as posturas de Jesus foram realmente de enfrentamento das instituições de seu tempo que importavam em sofrimento ao povo[6], notadamente os mais *po-*

---

[5] No âmbito político, encontramos na Judéia, ao tempo de Jesus, uma situação complexa. Se por um lado há os reis-vassalos a governar a Judéia, com destaque para a familia herodiana, há também a figura dos procuradores romanos, com compentência jurisdicional, militar, mas cuja influência também se notava no campo econômico e o crescente – Pôncio Pilatos é o representante mais conhecido em razão dos relatos da Paixão. A situação se torna ainda mais intrincada com a morte Arquelau, por volta do ano 6 dC, que se apresentava como governo monárquico: cresce a atuação do Sinédrio – governo aristocrático – supervisionado por Roma, mas com autênticos poderes de governabilidade. A figura do sumo sacerdote, cujo papel é de destaque no campo político-religioso, passa também por etapas distintas – por vezes designado por Roma dos anos 4 a 41 dC e, depois, designado pelos reis vassalos, de 44 a 66 dC e tinha jurisdiçao civil regida pela lei Judaica.

[6] Havia várias instituições judaicas, de natureza predominantemente jurídico-religiosas, mas cujo campo de influência não era só o religioso, mas também o político, o econômico, o jurídico, o civil, o militar e de grande relevância social e sopesavam sobre a camada mais pobre. Recordamos, principalmente, o *grande conselho ou sinédrio*, constituído de 70 membros mais o sacerdote primaz (presidente). Também havia a classe sagrada dos *sacerdotes,* em torno de 18 mil (clero, sacerdotes, levitas), que junto com os letrados organizaram a vida judaica depois do exílio da Babilônica. Dirigiam assuntos espirituais e materiais, com direito exclusivo de sacrifício e cujos requisitos para a composição eram determinados claramente na Lei: somente descendentes de Aarão, quando casados com mulher virgem, sem defeito físico. A propósito, a *Lei (ou Torá)* era outra instituição importantíssima, expressão suprema da vontade de Deus e centro da vida religiosa. Contrasta com a atitude dos profetas, e exigência radical e vital de relação com Deus e não código escrito (Os 2). A Lei é entendida como código da aliança de propriedade exclusiva de Israel; continha o 'código de santidade' ou de 'pureza' – precaver-se de toda realidade considerada impura, com sem-número de normas para garantir a pureza e ritos de eliminação de impurezas. Resultava na discriminação social de leprosos, publicanos, coletores, prostitutas e pagãos. Deus era concebido como amo ou senhor que inspeciona os servos, é um deus suscetível, meticuloso, melindroso, a fomentar um sentimento de culpa e indignidade do fiel ante seu Deus. Os letrados, a maior parte fariseus, apresentavam-se como os intérpretes da Lei. Seus ensinamentos eram desprovidos de originalida-

bres[7] – camada majoritária da população, constituída de assalariados, operários ou camponeses, pescadores, mendigos e escravos e assim suscetível aos desmandos da camada dirigente – mesmo porque a classe média, que lhe poderia servir de apoio, era muito reduzida. Jesus enfrenta os dilemas sociais com coragem, determinação, mas com grande sensibilidade e respeito ao próximo, e com base numa mensagem ética e religiosa a subverter os antigos esquemas da sociedade, aberta ao diferente, pela instauração de novas relações pessoais e sociais com base na justiça. Na cena do batismo, Jesus é revelado pelos evangelhos como messias, o libertador esperado. Jesus não se conforma com as situações injustas, ele não as suporta. O Reino de Deus supõe ruptura com a injustiça associada a um compromisso pessoal de doação por amor à humanidade. A encarnação de Jesus é plena, envolve-se umbilicalmente com as realidades humanas e sociais. Não interveio diretamente na engrenagem do mundo, transtornada, turbulenta, mas também dela não se afastou nem fugiu. Mesmo que se reconheça nele um objetivo primordialmente moral e religioso, há que se perceber que sua mensagem tem uma incidência forte na vida social em suas mais diversas dimensões. Não chamou os discípulos para formarem grupos fechados por meio de elevada piedade, como parece ser o caso dos essênios de seu tempo, mesmo que em base ao amor fraterno e pureza moral. Antes propõe a comunicação, a interação, a inserção como meio de construção e operosidade do Reino, com ênfase na transformação da mente e do coração para fomentar nova conduta pessoal e coletiva.

A *caridade* é o veículo de concretização de sua proposta. No Novo Testamento (NT), a caridade é a perfeição da vida cristã. Não possui o sentido pejorativo adquirido na modernidade equivalente à assistencialismo, mas é entendida como o amor em suas mais nobres e radicais conseqüências, composto de gratuidade, de oblação. Traduz-se no amor agápico[8] (Cf. Tm 1,5-7, 1Cor 8,1). O sistema legal e aplicação da justiça não são nada se desligados da caridade (Rm 15,1-3; Lc 23,34;

---

de, invocando autoridade de mestres anteriores, e por isso chamados de *repetidores*. No seio do povo e também nos meios ilustrados, crescia a expectativa da vinda do *Messias*, sobretudo de um messias político capaz de alterar o curso da história. Havia duas posições em direções distintas, uma que concebia a libertação político-social como dependente exclusivamente de Deus (fariseus e essênios) e, a outra, contando com a ajuda de Deus mas com recurso às armas (zelotas). Há muitos autores que abordam com competência o assunto. Entre nós há uma boa síntese em Goulart (2005), sobre cujo texto embasamos os dados referidos. As obras sobre a história de Israel ou a sociedade no tempo de Jesus podem contribuir significativamente para conhecer mais minúcias do processo.

[7] A enorme distância entre os extremos e a reduzida classe média importava num desamparo dos pobres, que se sentiam desmotivados, desesperançados de promoção humana nem meios de mudança da situação. Era verdadeiramente uma camada *oprimida, com ardente desejo de justiça*. Em casos extremos recorria à violência. *Identificava-se com os pobres de Javé (Anawin)* na última época do AT.

[8] O amor-ágape supera qualquer outro termo referente ao *amor* das culturas pré-cristãs (*pornéia, eros, philia)*, muito embora não se oponha a eles propriamente nem os exclua totalmente. Sobre este tema, há uma interessante discussão em Leloup, 2002: 46-55, em que o autor com Marie de Solemne discorre sobre as diferentes formas de amar (*pornéia, eros, philia* e *ágape* – a grande descoberta cristã), não necessariamente excludentes e divergentes, mas como etapas da progressão humana rumo ao transcendente, complementares, coexitentes, recíprocas a exigerem-se mutuamente.

1Cor 13,4-7), que conduz a concepção de uma nova humanidade, sem fronteiras, sem barreiras (Gl 3,28). A caridade permite ao homem superar-se, transcender seus estreitos limites de base egoística, a entrar na dinâmica de Deus. O perdão, por exemplo, só pode ser alcançado verdadeiramente mediante um amor incondicional – o humano potencializado em seu grau mais elevado, talvez sobre-humano.

III. Do tempo de Jesus aos nossos dias

A atitude de Jesus iluminou o seu tempo e os tempos subseqüentes e conserva seu poder irradiador até os nossos dias. Sua mensagem profunda e radical insere-se em todos os contextos e situações, com grande capacidade adaptativa, conforme a sensibilidade dos ouvintes, a capacidade e o ardor dos pregadores, seu testemunho coerente de vida e, não raras vezes, a despeito de tudo isto por conta da ação do Espírito. Em si mesma ela possui o poder de transformar – dimensão perlocutiva. Nos primórdios da Igreja, a solicitude de Jesus pelos pobres, pelos pequeninos ressoa séculos afora. Nunca houve período da história da Igreja em que não houvesse vozes 'proféticas' a contestar os padrões sociais de acumulação de riquezas, de ganância, de exploração, de voracidade em relação ao semelhante.

A linguagem dos santos padres é, por exemplo, ilustração nítida desta força haurida do conjunto da revelação cujo cume é a vida de Jesus. Desde a *Didaqué* – ou "doutrina dos apóstolos", nos fins do primeiro século, temos textos muito claros acerca da solicitude social para com os oprimidos: "Não repelirás o indigente, mas antes repartirás tudo com teu irmão; nada considerarás como teu, pois, se divides os bens da imortalidade, quanto mais não deves fazer com os corruptíveis?" (4,8); "Estão no caminho da morte os que não têm compaixão para com os pobres, nem cuidado com os necessitados,... os desprezadores dos indigentes, os opressores dos aflitos, os defensores dos ricos, os juízes iníquos dos pobres" (5,2). Modo semelhante e muito incisivo de falar se encontra em praticamente todos os Padres da Igreja: Clemente de Alexandria (+ 215); Tertuliano (+ 220); São Basílio (+ 379); Gregório Nazianzeno (+ 390), Santo Ambrósio (+ 397), São João Crisóstomo (+ 407), Santo Agostinho (+ 430), São Paulino de Nola (+ 431), entre outros exemplos. Seus textos são de uma atualidade impressionante.

Neles sequer se nota em seus discursos o influxo das noções importadas do direito romano, cuja base é justamente um direito de propriedade de caráter individual, exclusivo. Ao contrário, a própria propriedade é concebida em sua destinação universal, na sólida base da nascente tradição cristã de base comunitária, de ênfase coletiva. Neste sentido, ouça-se, por exemplo, a força das palavras de São Basílio e de Santo Ambrósio, respectivamente:

Possuir mais do que o necessário é prejudicar os pobres, é roubar...É semelhante ao homem que, reservando uma vaga para si no teatro, queria impedir os outros de entrar e desejaria gozar, a sós, do espetáculo ao qual todos têm direito. Assim são os ricos: dos bens comuns que abarcaram, eles se decretam donos por terem sido seus primeiros ocupantes" (São Basílio, Homilia 6).

A terra foi feita para todos em comum, ricos e pobres. Por que atribuís a vós, ri-

cos, o direito à propriedade? A natureza desconhece os ricos, ela que nos dá à luz todos pobres. Em verdade, não nascemos vestidos...A terra pertence a todos e não aos ricos apenas... (Santo Ambrósio, Tratado sobre Nabot 55).

É injusto que teu semelhante não seja ajudado por seu companheiro, sobretudo porque o Senhor Deus quis que essa terra fosse propriedade comum de todos os homens e a todos oferecesse seus produtos; mas a avareza repartiu os direitos de posse (Ambrósio, ed. Migne, t. 15, 1303) (*apud* Goulart, 2005: 20-22).

Na Idade Média, as regras monásticas de são Pacômio, são Basílio, santo Agostinho e, particularmente, de são Bento enfatizam a propriedade e o uso dos bens em comum – ninguém é dono – posse coletiva dos bens. Assim, a tradição monástica faz repercutir a tradição cristã primitiva e conserva seus elementos essenciais. Tornam-se como faróis a lembrar ao conjunto da Igreja a sua missão de fomentar novos céus, nova terra, com base na sobriedade, na partilha, na caridade com o próximo.

Evidentemente, nem mesmo os grupos religiosos radicais ficaram imunes ao acúmulo de bens. O empenho coletivo dos monges, seu forte sentido de pertença com a conseqüente desapropriação pessoal em prol do mosteiro faziam com que logo se tornassem centros poderosos, de acúmulo de toda sorte de bens, amealhados com a força de trabalho e as riquezas trazidas por cada membro.

Não tardou a contestação à pobreza da Igreja. Os grupos de hereges da Idade Média central chegavam usar métodos bastante contundentes e hostis para fazer notar os abusos do período. Assim, em resposta, logo emergem as ordens mendicantes, cujo exemplo mais ilustrativo de uma busca radical de pobreza, mesmo coletiva, encontramo-la nas Regras Bulada e Não-Bulada de São Francisco de Assis. O *poverello* de Assis, exortava seus frades ao *"sine próprio"* – sem propriedade de lugares, casas (RNB 7,12[9]) e de maneira geral, sem propriedade de coisa alguma (RNB7,1) e até mesmo do cargo de superior (Adm 4). Aquele que entra na Ordem devia vender seus bens e distribuí-los aos pobres (RnB 2,4; RB 2,5) e podem pedir esmolas aos leprosos (RB 8,8; Test 1-2). Em sua concepção, todo bem é propriedade de Deus e a ele deve ser restituído: "Bem-aventurado o servo que entrega todos os seus bens ao Senhor seu Deus; porquanto, quem para si retém alguma coisa 'esconde o dinheiro de seu amo' e 'o que julgava possuir lhe será tirado' " (Adm 7,5, 17, 19,2: 24). Não se gloria dos bens que vem de Deus. Ao contrário, lhe restitui. Ajudar o pobre é simplesmente lhe devolver o que é devido.

Mas a história é paradoxal, dialética e nem as ordens mendicantes e as congregações e institutos posteriores puderam se manter fiéis à pobreza originária, vivida e desejada pelos fundadores.

Assim, não nos parece acertado dizer que foi uma atitude generalizada do conjunto da Igreja, em todos os períodos da história, uma preocupação candente com

[9] Todas estas citações da RNB (Regra Não-Bulada), RB (Regra Bulada), Test (Testamento) e Adm (Admoestações) podem-se conferir em *Fontes franciscanas e clarianas*, 2004. Elementos relevantes também se detectam em Roggen,1993 (verbete *justiça* – dicionário de franciscanismo).

os dilemas sociais, notadamente depois da ascensão do cristianismo à condição de religião oficial do império, após o edito de Constantino. O modelo sócio-político da cristandade significou, em termos de vivência concreta e radical do evangelho, uma perda significativa do potencial transformador do cristianismo por conta das alianças nem sempre recomendáveis das autoridades eclesiásticas com as autoridades civis e políticas. Nisto houve, evidentemente, um decréscimo substancial da atitude corajosa e profética ante as agruras sofridas pelas camadas mais pobres da população.

Vale lembrar ainda que durante muitos séculos os problemas de ordem social se mantiveram estáveis. A sociedade, de um modo ou de outro, convivia com seus dilemas e tentava solucioná-los com algumas atitudes pontuais e com razoável grau de êxito, sem nunca todavia alterar as causas de indigência, pobreza ou sofrimentos sociais de modo sistêmico, integral. Alguns eventos de natureza econômica[10], a emergir nos séculos XVIII e XIX, vinculados à revolução social "tiveram conseqüências sociais, políticas e culturais lacerantes" e "subverteram a secular organização da sociedade, levantando graves problemas de justiça e pondo a primeira grande questão social, a *questão operária*, suscitada pelo conflito capital e trabalho" (Pontifício Conselho de Justiça e Paz, 2005: p. 60). Estes eventos desencadearam uma série de reações sociais e muitas autoridades católicas, com destaque para os chamados *católicos sociais*, como os bispo von Ketteler – Mongúcia – Alemanha; cardeal Manning – arcebispo de Westminster – Inglaterra; cardeal James Gibbons – Baltimore – EUA; arcebispo De Bonald – Lião – França; Mermillod – Suíça e Joseph Marie de Maistre (França)[11], se posicionaram clara-

---

[10] Estes eventos podem ser sintetizados na chamada 'questão social' ou 'operária', em que o aumento espetacular da produção de bens e riquezas derivado das novas tecnologias industriais não redundou num benefício a todas as camadas sociais, por uma distribuição eqüitativa e justa, como criam os economistas liberais, para os quais o próprio mercado seria capaz de regular as relações de intercâmbio comercial e conseguiria traduzir em benefícios gerais a produção das riquezas. Ao contrário, observou-se que o crescimento das riquezas acabou por repercutir num igualmente aumento acelerado da miséria em todos os lugares em que se verificou a industrialização. A 'questão social' se manteve, desde então, em todas as etapas de desenvolvimento do capitalismo, com diferentes facetas e dimensões, mas sempre vinculada ao núcleo fundamental do conflito entre capital e trabalho, como reconhece até mesmo o Compêndio de Doutrina Social mencionado (Pontifício Conselho de Justiça e Paz, op. cit.: 60). Sobre a questão social muito se tem discutido no meio acadêmico e há obras bastante interessantes como as de Robert Castel, 1998; Jean Lojkine,2000 e, no Brasil, Carlos Montaño, 2002; Pedro Demo, 1991 e 1998; Potyara A. P. Pereira, 200; José Paulo Netto, 2001; Marilda Iamamoto, 2000; Rosa Stein, 2000; Rose Mary Serra, 2000; Francis G. Cardoso et alü, 2000, entre outros. Faleiros há de relacionar a 'questão social' no Brasil a exploração da força do trabalho dos escravos no período colonial, a forjar a riqueza dos proprietários em detrimento da miséria de grande parte da população (cf. Gomes Cardoso *et alii*, 2001: 79).

[11] Não há, entre os nomes de destaque referidos, nenhum proeminente do Brasil ou da América Latina, o que pode estar relacionado com o sistema de padroado existente então em nosso país e também pelo retardamento do processo industrial na região. Todavia não se pode esquecer que também entre nós houve muitas pessoas de relevância no campo social, anteriores ao aludidos ou coetâneos. Entre outros, cite-se Bartolomeu de Las Casas, apóstolos dos indígenas latino-ameri-

mente contra os abusos cometidos contra a classe operária. A maioria destes prelados se declarou por uma nova ordem jurídica em favor do operariado mesmo antes do manifesto do partido comunista de 1848, de Marx e Engels (cf. Goulart, 2005: 29 e ss). O novo estado de coisas, as *res novae,* impelirá o então pontífice Leão XIII à promulgação da primeira encíclica de cunho eminentemente social da Igreja, a *Rerum Novarum (1891).*

Recorde-se também que a doutrina social da Igreja, cujo marco é a *Rerum Novarum*, emerge num contexto social delicado, em que forças sociais opostas cresciam no cenário mundial (classe operária, a expansão das idéias socialistas, e o acirramento de núcleos conservadores) e uma nova conjuntura sócio-política exigia igualmente uma postura corajosa e mais incisiva da parte do magistério. A encíclica tenta ser esta postura. Examina a condição dos trabalhadores assalariados, particularmente penosa para os operários da indústria e a miséria indigna. Trata da *questão operária* em sua real amplitude, com articulações sociais e políticas e refletida a luz da revelação, lei moral e natural. Enumera os erros que provocam o mal social e exclui o socialismo como remédio. Precisa e atualiza a doutrina católica acerca do trabalho e da propriedade. Contrapõe o princípio de colaboração à luta de classes. Seu tema central: instauração de uma ordem social justa em vista do qual é necessário individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sociopolíticos existentes e formular linhas de ação para oportuna transformação.

Não são poucos, entretanto, os pesquisadores do campo social, não vinculados à Igreja, que tomam a posição do magistério como reação ao avanço do socialismo e como atitude estratégica em virtude de um problema dilacerante e visível. Posição duvidosa, cuja sustentação é altamente questionável quando se tem em vista a evolução mesma da solicitude social da Igreja, ao menos de parte significativa de seus membros. Não cabe aqui uma apologia institucional, mas apenas precaver-se de posições levianas e precipitadas.

Outras encíclicas se seguiram à de Leão XIII, sempre a confrontar os princípios evangélicos com temas candentes destes dois últimos séculos de cristianismo. Não houve, desde então, pontífice romano que não se tenha pronunciado sobre as agruras sociais de seu tempo, particularmente mediante as encíclicas, mas também por meio de mensagens radiofônicas ou televisivas. A *Quadragesimo Anno* (1931), de Pio XI, foi publicada em meio à grave crise econômica e nos quarenta anos da *Rerum Novarum,* reflete a industrialização à luz da expansão do poder dos grupos financeiros nacionais e internacionais e adverte sobre o crescente poderio bélico, sobre a expansão dos estados totalitários, sobre o acirramento da luta de classes e a redução da liberdade de associação. Reafirma os princípios de solidariedade e colaboração para

canos, Padre Vieira, os franciscanos do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro e do Convento São Francisco em São Paulo, a ação ostensiva dos jesuítas contra o aprisionamento dos indígenas das reduções brasileiras, entre outros. Evidentemente, história marcada também aqui por parodoxos, por graves contradições da maior parte do clero, com um silêncio sobre temas sociais graves como a abolição, a situação dos indígenas, a não diminuir o prestígio dos nomes citados, antes os sobreleva.

superar as antinomias sociais. Diz que o salário deve ser proporcionado às necessidades do trabalhador e sua família. Refuta o liberalismo e afirma o princípio da subsidiaridade estatal nas relações do setor privado. Evoca a função social da propriedade. Seguem-se a *Divinis Redemptoris* (1937), também de Pio XI, e as *radiomensagens natalinas* de Pio XII a enfocar as problemas sociais do entre-guerras.

Vem, então, a famosa *Mater et Magistra* (1961) – de João XXIII, cujo intuito é a busca de respostas evangélicas ante o quadro de agravamento e universalização da questão social, da intensificação da tecnologia agrícola, do incremento populacional, do modo de vida das áreas em vias de desenvolvimento, das devastações da guerra, da situação da guerra fria e primeiras iniciativas de *degelo* e da descolonização africana. Associada à ela, está a encíclica *Pacem in Terris (1963)*, do mesmo papa João XIII. Realça o tema da paz numa época de proliferação nuclear e se constitui como a primeira aprofundada reflexão do Magistério sobre direitos. Insiste no princípio da colaboração e se detém sobre os poderes públicos da comunidade mundial a fim de obterem o bem comum universal.

O Concílio Vaticano II tange aos temas vinculados à doutrina social sobretudo em dois documentos. O primeiro deles é a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) – suscita novo interesse pela doutrina dos documentos precedentes, retrata a Igreja como "verdadeiramente solidária com o gênero humano e sua história" e busca uma abordagem orgânica dos temas de cultura, vida econômico-social, matrimônio e família, comunidade política, paz, comunidade dos povos, à luz da visão antropológica cristã e da missão da Igreja. Pela primeira vez o magistério da Igreja se manifesta tão amplamente sobre diversos aspectos temporais da vida cristã. O outro documento aludido é a Declaração *Dignitatis Humanae* (1965), que proclama o direito à liberdade religiosa. A encíclica *Populorum Progressio* –1967, de Paulo VI, é como uma ampliação do capítulo acerca da vida econômico-social da *Gaudium et Spes* e concita a uma ação solidária a fim de transfigurar/humanizar condições desumanas de vida mediante valores evangélicos.

Em1967 é instituído, por Paulo VI, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, com o objetivo declarado de despertar a comunidade dos católicos em favor do progresso das regiões indigentes e a justiça social entre as nações.

A Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* (1971), ainda de Paulo VI, no octogésimo aniversário da *Rerum Novarum*, reflete sobre a sociedade pós-industrial com todos os seus complexos problemas, salientando a insuficiência das ideologias para responder a estes desafios: urbanização, a condição dos jovens, da mulher, o desemprego, as discriminações, a emigração, o incremento demográfico, o influxo dos meios de comunicação social *e o ambiente natural.*

Do papa João Paulo II temos as seguintes encíclicas sociais, a *Laborem Exercens* (1981) – especialmente votada às condições do mundo do trabalho, a encíclica delineia uma espiritualidade e ética do trabalho; *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) – comemorativa dos 20 anos da *Populorum Progressio*, retoma o tema do desenvolvimento, sublinhando elementos essenciais: tanto o desigual desenvolvimento internacional, regional, dos povos e etnias, como

o aspecto do desenvolvimento integral do homem e evoca a idéia já consubstanciada em Pio XII (*'Opus iustitiae pax"*) da "paz como fruto da Justiça"; por fim a *Centesimus Annus*(1991) – procura apresentar a continuidade do ensinamento social da Igreja, particularmente nestes cem anos entre a *Rerum Novarum* e a presente encíclica e aprofunda a análise das *res novae* mediante a guinada ocorrida em 1989 com a derrocada do sistema soviético, manifesta apreço pela democracia e economia livre, no quadro de uma indispensável solidariedade (cf. Pontifício Conselho, 2005: 59-69). Muito da encíclica pode ser esclarecido à luz das próprias diretrizes gerais do pontificado de João Paulo II, como de suas próprias opções pessoais na qualidade de líder mundial, decorrentes de sua história de vida.

IV. Conjuntura atual e políticas públicas

Cada demanda social exige uma postura crítica e criativa de todos os segmentos eclesiásticos ante os dilemas que se enfrentam, com respostas não só pontuais, mas igualmente com estratégias variadas – algumas a provocar uma atuação em âmbito universal e a exigir da Igreja que manifeste sua *catolicidade* mesma. No atual quadro de complexidade da sociedade – com mudanças repentinas, de pluralismo cultural e étnico, de mundivisões diferenciadas e até opostas, de ideologias as mais variadas – tampouco se pode dar respostas simplistas, reducionistas e imediatas – muito embora os problemas na maioria das vezes demandem soluções urgentes. É corrente uma visão global, ampla, integral, com passos acelerados, mas buscando elementos consistentes de enfrentamento das situações que fazem desfigurar a imagem de Deus impressa em seus filhos e filhas. A Igreja, por sua própria essência de universalidade e de reconhecimento da dignidade inalienável dos seres humanos, pode ser elemento de resistência a uma espécie de globalização excludente, avassaladora, de contornos nitidamente neoliberais e com forte acento na competitividade e na lucratividade mercantil em detrimento da pessoa e do universo criado. A uma mundialização do consumo, da exploração, do desrespeito aos seres humanos e ao mundo criado, se pode opor uma 'mundialização' da alteridade, dos valores transcendentes, de uma vida sóbria e responsável, enfim, dos valores do Reino.

Vale lembrar, então, que a doutrina social da Igreja, emerge num contexto social delicado, em que forças sociais opostas cresciam no cenário mundial e uma nova conjuntura sócio-política exigia igualmente uma postura corajosa e mais incisiva da parte do magistério. As encíclicas promanadas pelo magistério pretendem ser, pois, orientações genéricas de ação, capazes de fazer valer para os cristãos e o que com eles convivem e aceitarem, os princípios propostos por Jesus, consignados nos evangelhos e que refletem a rica tradição judaico-cristã. Mas precisam ser deduzidos em termos concretos para cada realidade. Os princípios são *erga omnes* – para todos em quaisquer condições, mas a aplicação demanda uma escuta atenta dos acontecimentos locais e atuais.

No Brasil, o atual quadro político-econômico sugere uma atuação novamente conjunta e profética da Igreja, à medida, é claro, de nossa generosidade e abertura à

vontade de Deus. As acentuadas denúncias de corrupção contra as diversas esferas do poder público, estão a conclamar uma vigilância assídua, permanente e eficaz de toda a população com relação às várias formas de poder público. Emerge, em muitos segmentos sociais, notadamente entre os militantes dos movimentos sociais, uma sensação de desencanto, de desolação pela decepção com os quadros políticos nacionais. Parece subsistir, por outro lado, uma atitude apática da população diante das dolorosas denúncias. E parece evidenciar-se cada vez mais uma orquestração político-econômica a fim de desestabilizar e desmantelar o governo atual e, por via oblíqua, as estratégias conjuntas dos movimentos de esquerda.

As instâncias católicas não estão imunes a este processo. Antes precisam somar forças na construção de um projeto social solidário. Tudo que é humano não nos é indiferente, afeta-nos. Em matéria de exercício do poder público não se pode simplesmente *confiar*. Um dos campos essenciais em que podemos atuar é na consolidação de uma educação para os valores da integridade, de reconhecimento da esfera pública, de respeito ao que é coletivo/ comum, a enfrentar uma espécie de 'cultura de corrupção' aqui plantada desde os tempos coloniais, com políticas públicas acentuadamente clientelistas, assistencialistas, patrimonialistas, a tomar para o âmbito privado aquilo que é de domínio comum, que é público, que é de todos. Por educação, entenda-se não simplesmente o processo formal escolar, mas um processo amplo, mesmo informal, contínuo, de fomentar novas consciências e senso crítico, de aprimoramento da *opinião pública*[12]. O que inclui o sentido formal, mas de uma amplitude e consistência bem maiores. Por outro lado, cresce a necessidade de uma democracia participativa, em que se diminuam as barreiras de participação efetiva e direta de todos os seguimentos da população, alguns mecanismos já albergados mesmo na Constituição Federal, como o plebiscito, o referendo e a consulta popular (art. 14). A atual *infidelidade* partidária engendra também mecanismos de subtração dos políticos profissionais, em todas as esferas de poder, a programas sociais sólidos e a comprometimentos com a base social partidária. A reforma política a que se pretende, ampla e democrática, não virá dos conchavos das velhas raposas da política nacional, cujos interesses já estão tão imbricados com o atual sistema que nada de realmente novo pode emergir dali, pelas vias tradicionais, senão por incisiva pressão dos setores mais críticos da sociedade.

Desafios gritantes colocam-se ante a sociedade e os grupos religiosos e impelem a uma tomada de consciência e a busca de estratégias. Em quase todos os campos, as políticas públicas se mostram insuficientes ou que concentram ainda mais a renda na já demasiado desigual sociedade brasileira. Não há setor em que não sobejem críticas. Ao individualizarmos as políticas, mesmo em suas linhas gerais, notamos um quadro angustiante: – *políticas de saúde, de educação e de previdência*: o sistema público sofre de 'sucateamento', de acha-

[12] Sobre o entendimento de *opinião pública* e seu desenvolvimento histórico-social convém a leitura da obra de Habermas (2003): *Mudança estrutural da esfera pública*.

tamento dos salários dos profissionais, de descontentamento da população, mormente nos grandes centros urbanos e nas regiões periféricas do estado-nação; há efetivamente a universalização de alguns serviços, mas ainda não há a universalização de benefícios de qualidade; a questão dos menores no Brasil continua bastante crítica – *política de transporte*: ênfase nas rodovias, no transporte privado e mercantil; baixa aplicação de recursos em transporte coletivo de qualidade, sem contar o estado de conservação da maioria das vias públicas; – âmbito da *política assistencial*, de *salários*, de *emprego, de produção de renda:* enfoque nitidamente neoliberal, excludente, que privilegia o capital financeiro-especulativo e das grandes empresas em detrimento do público, da força de trabalho e da emancipação dos sujeitos sociais; a reforma agrária se mantém em níveis insatisfatórios; a pequena propriedade rural não é efetivamente priorizada; o ecoturismo, como fonte nova e relevante de renda, está muito submetido aos esquemas tradicionais de acumulação de capital, sem se dirigir às necessidades da população local e pobre; – campo *sócio-ambiental*, ainda que com alguns poucos avanços, como a homologação recente da terra indígenas Raposa Terra do Sol, motivo ainda de conflitos sociais, a esfera ambiental no Brasil é muito pouco prestigiada, a devastação ambiental é desoladora e as populações não são beneficiadas com programas de produção de renda alternativos com acento na preservação do bioma, das florestas, da biodiversidade, do patrimônio genético natural e do conhecimento tradicional a ele associado. As alternativas são ainda muito isoladas e pontuais, com uma séria carência de perspectiva integral no campo sócio-ambiental; *política de habitação* – permanece o déficit habitacional: os brasileiros, em sua maioria, não possui meios para uma habitação digna, cujas estatísticas apontam para uma situação alarmante[13]. Os exemplos em torno das políticas públicas são os mais variados e aflitivos. Cada um de nós, em nosso campo de atuação, estamos constantemente nos deparando com estes dilemas que, lamentavelmente, não são só nossos: são de todos os países que se encontram na periferia do globo e se acentuam à medida que se encontram numa região de grande exploração e sofrimento – assim o são ainda mais candentes em regiões como a maioria dos países africanos e em regiões mais pobres do Brasil e da América Latina. A tudo se acrescente o fato de inexistirem na maioria dos casos uma preocupação transversal, em que temas convergentes, como educação, produção de renda, moradia, meio ambiente, saúde, espaço urbano, entre outros, sejam tratados no âmbito de um mesmo programa social. Por séculos há um descaso social no cenário nacional e as políticas públicas neste campo se tornam ainda mais desafiantes e urgentes.

Uma nova esfera pública se delineia há décadas. Organizações privadas sem fins lucrativos, o mal denominado 'Terceiro

[13] Quando concluíamos este texto, a Folha de São Paulo do dia 14 de setembro de 2005, publicou edital "Déficit alarmante", a conjugar dados da ONU e do governo brasileiro, justamente a expor a situação alarmante do déficit habitacional no Brasil.

Setor'[14], exige maior participação da sociedade civil nas questões atinentes aos serviços públicos fundamentais: saúde, educação, assistência, previdência, transporte, moradia, meio ambiente... Mas há uma gama demasiadamente variada de entidades sob um mesmo guarda-chuva desta espécie de terceira via. Os interesses, ideologias, estratégias de ação, são por demais diferenciados e impedem uma ação emancipadora eficaz. Muitos grupos acabam por reforçar políticas governamentais e utilizam uma 'máscara' de Ong (organização não-governamental) para se beneficiar da gestão de recursos públicos. O que demanda muita atenção[15]. Os movimentos sociais e a militância político-social dos anos 80 têm cedido espaço para uma atuação subsidiária, propositiva e até cooptada de entidades ditas sociais. A ajuda social acaba por manifestar-se então como "presente de grego", mantendo na dependência as populações com as quais estas instituições se envolvem[16]. As reivindicações mais críticas e com o fito de emancipar parecem estar concentradas hoje nas práticas dos movimentos, ongs e associações afins destinados a formas alternativas de produção de renda, de consideração das expectativas e estratégias emergentes das próprias comunidades locais, do estabelecimento de vínculos mais amplos de ação, em forma de redes, em direção a uma outra forma de convivência social e com outros parâmetros políticos, sob o título de 'altermundistas', ou seja, que acreditam que 'outro mundo é possível', mais humano, mais agradável, mais inculturado, mais plural, menos mercadológico, menos corrupto, mais ecumênico, mais ecológico.

A doutrina social reveste-se entre nós de especial urgência e atualidade. A solicitude social que as igrejas cristãs sempre manifestaram hoje deve tornar-se um modo de ação integral, emancipatória, militante, com entrelaçamento das forças sociais relevantes, em prol de uma sociedade dialogal, tolerante, humana, de arraigados valores religiosos mas capaz de interagir sadiamente, que fomenta a justiça social, a paz, o respeito ao universo criado.

Conclusão

Quando tratamos da Doutrina Social da Igreja e de sua solicitude social, não desejamos uma apologia institucional, sob uma concepção eclesiológica que reputamos infecunda, em que a Igreja é percebida

---

[14] Vejamos aqui a crítica muito interessante de M. C. Paoli ao uso do termo; "Terceiro setor não é termo neutro. Em primeiro lugar – mais do que a transnacional ONG, por exemplo, -, tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto em que associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado... evoca colaboração e positividade de interação, diluindo a idéia de conflito ou contradição e tendendo a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas (e talvez da história do Brasil). Acrescente-se o fato de que o cenário atual no qual a idéia se afirma é propício a interpelações quanto à sua funcionalidade, quando está em jogo o desmonte dos direitos e diminuição da responsabilidade do Estado com relação às políticas sociais" (Landim: 2002; 42-3). No mesmo sentido, cf. Montaño, 2002: 51 ss e 179 ss.

[15] Cf., neste sentido, Gil, 2004; Gohn, 1997, 2000;2003; Landim, 1993, 2002; Scherer-Warren, 1994-2002.

[16] Cf. a abordagem de Demo, 2000, sobre a dialética da ajuda. Muito oportuna!

como todo institucional, homogêneo, abstrato, monolítico. Antes cuidamos aqui duma noção de Igreja, com fundamento nos princípios e valores do Evangelho, em busca da unidade, ensejada pela ação do Espírito Santo, caracterizada pela heterogeneidade de manifestações, em permanente diálogo com as culturas em que se insere, desafiada e sustentada pela diversidade étnica, simbólica, de linguagem, e até de ritos, com desafios semelhantes em todo o orbe terrestre, mas igualmente variados conforme as peculiaridades dos povos nos quais se encarna. Uma Igreja dinâmica, que se reconhece limitada, necessitada de contínua conversão, da graça de Deus a sustentá-la, acolhedora, ministerial, capaz de reconhecer os sofrimentos das pessoas e se empenhar nas causas que preservem sua dignidade transcendental e inalienável. Se a segunda perspectiva é que nos orienta, temos também de entender o ministério da unidade exercido pelos romanos pontífices e bispos a eles unidos, quando alicerçados no depósito da fé, na rica tradição religiosa do ocidente e oriente, como um ponto de encontro, de convergência, de referência mas não apenas como normalização genérica e exclusiva. O corpo doutrinário apresentado pelo compêndio não se pretende, como ele mesmo se refere, a descer a minúcias técnicas de estratégias de ação e tampouco equivale a uma via intermediária de soluções entre os modelos políticos-econômicos vigentes. Antes é uma forma de, mediante princípios norteadores perenes, referendar as ações concretas das igrejas particulares em sua diversidade e fazer o confronto entre as nossas práticas no campo social e os valores evangélicos.

Endereço do autor:
Noviciado Franciscano
Caixa Postal 69
75701-970 Catalão – GO
E-mail: marciorique@unb.br

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1- Percebo a atualidade da Doutrina Social da Igreja ante os problemas da sociedade brasileira de nossos dias? Como inculturá-la?
2- Como a vida consagrada pode servir ao processo emancipatório de nossas comunidades locais e fomentar políticas públicas a combater os graves dilemas sociais? Faz parte de nossa missão?

"A prática da justiça é vontade do Senhor, Deus de Israel, que se opõe aos grandes homens da terra em sua injustiça e venalidade (Eclo 35,11-15)."

VI Fórum Social Mundial

Um mundo democrático-participativo e socialista em construção

FREI GILVANDER LUÍS MOREIRA E DELZE DOS SANTOS LAUREANO

*Em memória de **Pedro, Roberto Tadeu, Taís e Thiers** e aos demais estudantes da UFMG que tiveram interrompido o sonho de participar do 6º FSM devido ao acidente no dia 23/01/2006 em Ariquepa no Peru.*

1 – Introdução

Partilhar uma experiência vivida é sempre um grande desafio. Nenhum de nós, participantes do VI Fórum Social Mundial será capaz de relatar na integralidade todos os temas discutidos. Nem mesmo de fazer uma análise absolutamente isenta dos acontecimentos. O tamanho do evento e a multiplicidade de oficinas já são as primeiras dificuldades. Some-se que qualquer ponto de vista é sempre um recorte. O nosso olhar, marcado pelo aprendizado na história, bem como o lugar social e político, acompanham cada um/a de nós, sujeitos protagonistas. Essa limitação, porém, não pode inviabilizar o desejo de multiplicar a experiência vivida e de somar mais essa contribuição – a da efetiva participação no evento -, aos diversos esforços dos movimentos sociais, para entendermos, na atualidade, a crise que vivemos e os obstáculos que teremos de transpor, de mãos dadas, com tantos outros atores espalhados pelo mundo inteiro.

Poderíamos utilizar a metáfora de ser o Fórum Social uma casa com grandes portas e diversas janelas. Durante o encontro entramos por algumas portas e olhamos a partir de determinadas janelas. O conhecimento de literaturas afins e a participação em outros eventos similares vão formando a nossa capacidade de compreender a realidade político-social-econômico-cultural que nos cerca, para em sintonia com diversas outras iniciativas podermos juntos apostar em um Outro Mundo Possível, socialista, é claro!

2 – A Venezuela como sede do evento

Caracas, capital da Venezuela, foi o palco da 6ª edição do **Fórum Social Mundial – VI FSM** – de 24 a 29 de janeiro de 2006, que contou com a participação de mais de 80 mil inscritos em mais de 2 mil atividades, geridas por 2.500 organizações, 3.000 voluntários e 4.900 jornalistas. A delegação brasileira realizou 450 atividades.

Desta vez, o Fórum foi policêntrico, isto é, aconteceu no continente Americano, em Caracas; na África, em Bamako (Dali, na África); e na Ásia, em Karachi (Paquistão) e em

Bancoc, na Tailândia. Antes do VI FSM aconteceram, em Caracas, os Fóruns Mundiais da Educação, da Saúde e das Autoridades.

A Venezuela tem nos dias atuais uma população de 26 milhões de habitantes. Na Grande Caracas estão cerca de 5 milhões. Grande parte da cidade está situada em um vale rodeado de montanhas. O clima é bom, com uma temperatura amena e sem ventos fortes. A chuva fina marcou presença durante todo o encontro. Caracas está cercada de milhões de favelados pendurados nos morros o que contrasta com as áreas elegantes da cidade, onde algumas construções modernas e uma maioria de prédios que lembram o apogeu da arquitetura na década de 50 no Brasil. Do centro da cidade até o Aeroporto Internacional de Maiquetia "Simão Bolivar", nós visitantes tivemos de serpentear por uma estrada estreita cercada de barracos de ambos os lados nas encostas montanhosas. As áreas de riscos lembram a tragédia de 1999 quando aproximadamente 20 mil venezuelanos morreram vítimas de um enorme deslocamento de terra no estado de Vargas.

Do Brasil éramos mais de 6 mil participantes: delegados de dezenas de entidades, jovens, adultos, gente da melhor idade, intelectuais, líderes comunitários, artistas, enfim, um pouquinho de Brasil em cada metro quadrado do Fórum.

Dos Estados Unidos vieram mais de 1.000 socialistas, anti-Bush. Sinal de que não devemos ser impiedosos com grande parte do povo norte-americano e sim com o governo.

O governo bolivariano liderado pelo presidente Hugo Chávez deu apoio irrestrito ao evento. Podemos citar a liberação do Metrô para os participantes, que circularam de graça com muito conforto, a isenção da taxa aeroportuária e o lanche gentilmente servido pelos voluntários a cada tarde nos locais de maior concentração.

3 – A Revolução Bolivariana na Venezuela: um povo que está se libertando

Além de participar de muitas conferências, seminários, oficinas e debates, conhecemos aspectos da realidade venezuelana que nos marcaram indelevelmente. São dezenas de iniciativas da revolução bolivariana que visam a inclusão social.

Um grande mutirão pela educação acabou com o analfabetismo no país. O povo controla e comercializa o petróleo, grande riqueza natural da Venezuela, que agora serve para melhorar a vida das pessoas e não mais aumentar o lucro das multinacionais. Acima de tudo, encontramos um povo cheio de esperança, uma juventude em sua maioria esclarecida e comprometida com a organização popular, com a construção de uma democracia verdadeiramente participativa.

Na Venezuela, o povo está cheio de esperança. Ouvimos críticas a Hugo Chávez por parte dos canais de TV que estão nas mãos das elites e por uma minoria privilegiada. Mas, internamente, entre os pobres e marginalizados pelo regime anterior, não ouvimos críticas ao processo implementado por Hugo Chávez.

Quatorze mil Mercados Populares – MERCAL – alimentam cerca de 14 milhões – dos 26 milhões – de venezuelanos, onde os preços são de 30 a 50% mais baixos do que nos mercados privados. Visitamos um desses mercados. Cada pessoa pode comprar somente o que consome sua família. É proibida a compra em grande quantidade, o que poderia viabilizar a revenda.

Eis uma amostra de preços:

Nos Mercados populares		Nos mercados privados
1 kg de feijão	R$1,00 (= 1.000 bolivares)	R$5,00.
Milho	R$0,79	R$1,25
Óleo	R$2,30	R$3,25
Leite	R$4,70	R$8,90
Macarrão	R$1,20	R$3,40

A gasolina é quase de graça. Custa 0,07 centavos o litro. Com R$ 4,20 se enche o tanque do automóvel. Tudo isso com o assentimento dos defensores da Constituição da República Bolivariana da Venezuela que prescreve ao Estado o dever de regular as relações comerciais no país.

Na Venezuela bolivariana, todos os estudantes que cursam universidades públicas ou que ganham bolsas de estudos devem prestar serviço social à comunidade. Deve haver uma contrapartida para a sociedade de quem usufrui o dinheiro do povo, via impostos, para estudar. Estão sendo investidos na educação 7,5% do PIB – Produto Interno Bruto.

O governo de Hugo Chávez está apoiando a instalação, regulamentação e funcionamento de rádios comunitárias. Não há burocracia para conseguir a documentação e o governo ajuda financeiramente na compra dos equipamentos para se fortalecer a comunicação alternativa e mais interativa.

Enfim, percebemos que, na Venezuela, a democracia participativa está irrompendo com vigor. Essa é a principal garantia da revolução em qualquer parte do mundo. Se a nossa percepção está correta, caberá à História confirmar ou desmentir. O que trouxemos em nossa bagagem de volta foi a esperança de dias melhores para todos, na luta pela afirmação de um povo soberano e solidário com toda a América Latina. A Venezuela está buscando tornar-se um país de todos.

4 – Hugo Chávez no FSM

Os intelectuais venezuelanos estão convictos de que uma revolução não se sustenta no carisma de uma só pessoa. O fato de o presidente Hugo Chávez ter formação militar também pode ser um complicador para a implementação de um regime democrático em qualquer lugar do mundo. No entanto, mesmo conscientes dessas dificuldades, reconhecem os cientistas políticos a grande liderança do presidente e a importância de sua atuação como líder carismático e como militar na liderança do processo revolucionário que está caminhando a passos largos na Venezuela. Essas observações foram por nós confirmadas no dia 27/01/2006, das 19:00 às 22:30 hs, quando o presidente Hugo Chávez, no estádio Poliedro, falou por mais de três horas para os participantes do VI FSM.

Saímos do encontro com a percepção de que ele é realmente um líder, sorridente, carismático, culto, estrategista e além de falar bem ainda canta com uma voz afinada. O que vimos e ouvimos confirmam a impressão que tivemos do grande "comandante". Chávez, em seu discurso, resgatou a memória histórica revolucionária de Bolívar e de todos os/as revolucionários/

as da história, passando por Jesus Cristo. O discurso dele é uma verdadeira aula de história a partir dos pobres que lutam contra os sistemas opressivos. Analisa o presente com olhar crítico e injeta esperança nas pessoas, pois cultiva a utopia: a construção de uma sociedade socialista, democrática, popular na América Afrolatíndia.

Os presidentes Hugo Chávez e Evo Morales, esse em seu primeiro dia de governo na Bolívia, firmaram oito convênios que visam a integração entre os dois paises. O governo venezuelano venderá petróleo, a baixo preço, para a Bolívia e ajudará a superar o analfabetismo, como já fez na Venezuela. Ofereceu 5 mil bolsas de estudos para jovens bolivianos cursarem universidade na Venezuela. Cuba também ofereceu outras 5 mil bolsas.

Hugo Chávez, ao tempo em que estrutura internamente o país, demarca sua política externa. Anunciou com firmeza: "Bush chefia um dos impérios mais cínico, mais hipócrita e mais assassino de toda a história da humanidade. Por maior que seja o seu poder, o governo norte-americano não vai conseguir nos vencer. Já detectamos espionagem dos EUA na Venezuela. Advirto ao governo dos EUA: a próxima vez que encontrarmos espiões na Venezuela, vamos mandá-los para o cárcere."

Acerca da importância da união dos povos latino-americanos, afirmou Hugo Chávez: "não dá para exigir que Lula seja igual a Chávez, ou que Kirtchner seja igual Evo Morales ou Fidel. Estamos juntos, marchando na mesma direção. A união dos povos latino-americanos é fundamental para derrotarmos o imperialismo estadunidense e o neoliberalismo. A ALCA já foi descartada. Bush não conseguiu aprová-la como queria".

5 – Colômbia: um povo agredido pelo império

Uma delegação de 15 mil colombianos deixou os participantes comovidos e indignados com a covarde agressão militar que os Estados Unidos estão orquestrando na Colômbia. O presidente Álvaro Uribe, está promovendo, mediante o chamado Plano Colômbia, não uma guerra contra o narcotráfico, mas uma guerra contra o povo. Milícias paramilitares estão expulsando os camponeses de suas terras, só com a roupa do corpo.

O governo da Colômbia é representante de uma oligarquia violenta. São 37 mil mortos por ano na guerra interna na Colômbia, sob o fomento dos EUA. Filhos de parlamentares colombianos são embaixadores em 32 embaixadas. A Lei de Justiça e Paz, na Colômbia, ao atribuir uma pena máxima para um narcotraficante – 8 anos –, legitima o narcotráfico. Os narcotraficantes controlam 35% do Congresso daquele país. O Plano Colômbia recebe muito dinheiro dos EUA. Hoje existem mais de 800 militares ianques na Colômbia. 66% dos colombianos estão abaixo da linha de pobreza. Na Colômbia, 20% da população tem 80% da terra, enquanto 50% tem somente 15% da terra. Além de 6 milhões de indigentes, 14 mil empresas médias e pequenas estão falidas após 14 anos de neoliberalismo. 19% do orçamento do estado vai para a guerra. 39% para o pagamento dos juros da dívida e(x)terna que já chega a 75 bilhões de dólares. A Colômbia, hoje, é a ponta de lança do governo dos Estados Unidos para dominar toda a América Afrolatíndia.

Fatos como esses, promovidos por um regime desumano, causam enormes prejuízos não apenas para o povo colombiano, que se vê cada vez mais distante de uma saída para a

reorganização do tecido social no país, mas também para toda a América Latina, vítima dessa mesma política fundamentalista imposta pelo império do norte. Todos têm consciência que a guerra na Colômbia só terminará com a realização da reforma agrária.

6 – Cuba: povo solidário e grande de coração

Na Venezuela, atualmente, existem cerca de 20 mil médicos cubanos alavacando uma revolução no sistema público de saúde. São responsáveis pelo atendimento primário da população, algo parecido com o médico de família. Estão nas favelas e bairros pobres; lá vivem e atendem com competência e dedicação os pobres. Fomos ao encontro de alguns deles. Em conversa com duas médicas e um médico, ouvimos, entre tantas coisas, o seguinte: *"Não viemos aqui para ganhar dinheiro, mas por amor ao próximo. Estudamos medicina para cuidar das pessoas, nunca para ganhar dinheiro. Quando terminamos o curso de medicina em Cuba, fazemos um juramento de cuidar sempre da vida ameaçada em Cuba e em qualquer país do mundo. Quando se é de esquerda, socialista, somos mais cristãos, pensamos mais no próximo. Todo o povo do mundo é meu próximo, é minha família. Somos e devemos nos comportar todos como irmãos. Vivo para servir a sociedade. Em Venezuela, recebemos apenas uma ajuda de custo para pagar metrô, ônibus coletivo e comprar alimentos e alguma coisa mais necessária."* O estipêndio recebido pelos médicos cubanos não chega a um salário mínimo da Venezuela, que é cerca de R$405,00.

Alguém afirmava: *"As florestas devem ser preservadas, pois são dos animais e dos indígenas. Não podemos acabar com elas. Em Cuba não existem analfabetos todos estudam no mínimo doze anos. Somos autônomos para tomar as decisões importantes em nossas vidas."* Como reflexão para ética médica ouvimos: *"Os médicos pesquisadores cubanos testam os novos remédios em si mesmos"*

Outro cubano, ao responder à pergunta: "E Cuba após Fidel?" disse: *"Essa é a pergunta que nos fazem tanto os amigos quanto os inimigos. Se querem saber, gostaríamos que Fidel não morresse nunca. Mas sabemos que um dia ele morrerá, porque todos morrem. Fidel Castro deixará de existir fisicamente, mas suas idéias, sonhos, utopia e o projeto socialista continuarão sempre vivos. Em Cuba há três gerações revolucionárias, os contemporâneos de Fidel, uma geração mediana e os jovens. Em todas os níveis de organização da revolução cubana há representantes das três gerações. Quando Fidel morrer, ele estará mais vivo do que nunca nos corações dos cubanos e em tantos pelo mundo afora. Em Cuba há muitos líderes capazes de continuar o trabalho de Fidel."*

Ouvimos ainda de outros cubanos: *"Em nome da liberdade deles, o governo norte-americano tenta impor um modelo hegemônico para todo o mundo. Por ameaça dos EUA a União Européia tem condicionado as parcerias à Cuba ao fim do Regime Socialista. Isso é um erro, pois a mudança de regime político não tem sido uma condicionante para o fechamento de acordos com outros países, inclusive aqueles que desrespeitam os direitos humanos, como os próprios Estados Unidos. Se os Estados Unidos voltarem a invadir Cuba, serão desmoralizados internacionalmente,*

pois resistiremos até a morte. Terão de assumir as conseqüências. Jamais nos renderemos a um dos mais bárbaros impérios da história". É bonito sentir a humanidade que palpita no povo cubano. Não se pode criticar Cuba sem ter conversado demoradamente com vários cubanos. Quem conhece aquele povo apaixonado pela vida e educado nos moldes socialistas, defende Cuba. Lá o ser humano é realmente humano e não mero consumidor capitalista, população de egocêntricos.

Desde 1959, ano do triunfo da Revolução cubana, os Estados Unidos implantaram um bloqueio econômico a Cuba. Após 1989, com a queda do Muro de Berlin, Cuba passou a sofrer um duplo bloqueio. Como ficou dito antes, a União Européia tem condicionado firmar acordos com Cuba mediante a mudança do regime político-econômico. Contraditoriamente, a União Econômica Européia estabelece relações comerciais com países ditatoriais que não respeitam os direitos humanos. Diante dessa constatação é que o cidadão cubano reflete: *"Por que tanta opressão contra um país tão pequeno, uma ilha? Estamos constantemente sendo ameaçados pelos Estados Unidos, onde existe a pena de morte, com freqüência e inclusive para crianças. As relações econômicas da União Européia com Cuba seguem os ditames do governo estadunidense."*

7 – Pela Retirada das tropas do Haiti

Dia 27/01/06, houve uma manifestação em frente à Embaixada do Brasil na Venezuela para exigir a retirada das tropas de intervenção do Haiti. Brasileiros, canadenses e haitianos estão juntos nesta luta. O exército brasileiro não pode ser terceirizado por Jorge Bush para fazer sua política dominadora, responsável em grande parte pela opressão e miséria no Haiti. Não é com força militar que se caminha rumo à reconstrução do Estado haitiano, primeiro Estado negro a se tornar independente na América Latina e que, talvez, por isso mesmo, nunca tenha sido perdoado pelo poderio capitalista por tamanha ousadia. Essas as conclusões dos manifestantes pró-Haiti no Fórum.

8 – União dos povos europeus e latino-americanos

Está crescendo a união européia e latino-americana na luta contra o imperialismo dos EUA. Em 1976 iniciaram-se as primeiras cooperações entre europeus e latino-americanos a partir de redes de solidariedade internacional. Em 1991 foi criado o Mercosul. A União Européia tem milhões de investimentos em cooperação com a América Latina, mas é uma cooperação ambígua. Há o programa Euro Social. Falta maior participação da sociedade civil e das ONGs nos projetos de cooperação entre União Européia e América Latina.

Diante de realidades como a da Colômbia, já tratada acima, propomos que as organizações de solidariedade internacional ajudem na "Campanha Nenhum Centavo para os regimes autoritários" como o que dá sustentação ao Plano Colômbia. Que os recursos da comunidade internacional sejam investidos em programas sociais. Os povos pobres do mundo inteiro devem estar atentos também para que os recursos aplicados não sejam apenas uma estratégia imperialista para camuflar as mazelas sociais causadas pela exploração capitalista.

9 – Solidariedade que vem do Reino Unido

Diversas organizações de solidariedade internacional do Reino Unido estão comprometidas com uma campanha de solidariedade a Cuba. Um documento de repúdio ao embargo econômico de Cuba pelos EUA foi assinado por 300 deputados da Inglaterra. Estão lutando também pelo respeito à soberania do povo venezuelano. No projeto de cidades irmãs, 25 cidades da Inglaterra são cidades irmãs de 25 cidades da Nicarágua. Em 2006, a prioridade maior será o apoio ao povo venezuelano, pois o governo de Bush está decidido a impedir a re-eleição de Hugo Chávez.

10 – Solidariedade que vem da França

A solidariedade do povo francês aos povos latino-americanos vem desde Alliende, há 36 anos. Para o povo francês, 2006 será o ano do apoio ao povo colombiano, tão sofrido pela agressão militar dos Estados Unidos em parceria com o governo de Álvaro Uribe. Os descendentes dos franceses que vivem no Quebec – um dos principais estados do Canadá -, muito bem representados no Fórum, com uma delegação de mais de 100 integrantes, também demonstraram disposição para lutar pela identidade e contra a pasteurização cultural imposta pelo capitalismo. Reafirmam o desejo de se tornarem independentes e o respeito às diferenças.

11 – Trabalho escravo, uma chaga aberta

Participamos de um seminário sobre Trabalho Escravo, promovido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Eis a triste constatação: o pouco que sabemos é a partir das vítimas. Estima-se a existência de 12.300.000 pessoas trabalhando em situações análogas à de escravidão em todo o mundo. Há 12 mil bolivianos sobrevivendo em situação de "escravidão" no Brasil. Trabalham nas confecções em São Paulo. A CPT estima a existência de cerca de 25 mil trabalhadores sobrevivendo em situação análoga à de escravidão no Brasil. São os trabalhadores das carvoarias, da monocultura da cana-de-açúcar, do desmatamento da floresta amazônica e principalmente na pecuária, onde foram registrados o maior número de ocorrências.

Os escravos da era moderna não dependem da etnia nem da idade ou gênero. São negros, indígenas, mulheres, jovens, idosos. Já se passaram 118 anos após a libertação formal dos escravos, mas a mesma vergonha marca a história do crescimento econômico do país. Os estados maiores exportadores de mão-de-obra são o Piauí e o Maranhão. O intermediário entre os novos senhores de engenho e as senzalas de hoje continua sendo o "gato". Na hora de conquistar mão-de-obra para o corte de cana, promete um paraíso, mas o que depois os trabalhadores experimentam é um inferno. Só na região de Jaboticabal, em 2005, morreram 12 trabalhadores no corte da cana. Muitos, após amargar a escravidão, desabafam: *"Pior que não conseguir trabalho é não conseguir sair dele."*

Nas novas senzalas, os trabalhadores são vítimas de promessas enganosas; estão em alojamentos precários sem nenhuma higiene. São submetidos a uma jornada exaustiva. Devem cortar 10 toneladas de cana por dia. São os conhecidos bóias-frias. A água que consomem é a mesma água suja dada aos animais. Sem instrumentos de proteção, sem assistência médica e sem receber

salário, vivem em sobressalto, ameaçados por uma dívida crescente apesar das longas jornadas diárias de trabalho. Muitos fogem para não morrer antes do tempo.

A Polícia Federal, por meio do Grupo Móvel anti-trabalho escravo, já resgatou milhares de trabalhadores submetidos à escravidão nos últimos anos. Resgatar escravos é importante, mais só isso não basta. É preciso desmantelar a estrutura que viabiliza o trabalho escravo. As maiores causas são a impunidade, a miséria e o analfabetismo, todas essas causas filhas do capitalismo que trata o ser humano como mercadoria e quando não lhe convém, descarta.[1]

Olhando de cima, a monocultura da cana produz açúcar e álcool (energia limpa) e é muito atraente, mas olhando a partir dos trabalhadores escravizados é tremendamente devastadora da pessoa humana e do meio ambiente. O açúcar produzido nas usinas da monocultura da cana tem o gosto amargo das vidas perdidas, tem sabor de sangue.

A solução para o trabalho escravo no Brasil (e no mundo) passa necessariamente pela realização de uma reforma agrária integral. Em 2005, a monocultura da cana-de-açúcar cresceu 27% no Brasil, que é o campeão na produção mundial de açúcar. Produz 1/3 de todo o açúcar consumido no mundo. Nos últimos 20 anos, 150 mil postos de trabalho desapareceram com a mecanização do corte da cana. A escravidão é um crime contra a humanidade.

12 – Reforma Agrária integral

De 7 a 10 de março de 2006 acontecerá, em Porto Alegre, a II Conferência da FAO – ONU – sobre Reforma Agrária. Será lançada a "Campanha Global pela Reforma Agrária Integral", isto é, uma reforma que mude a estrutura fundiária, desconcentrando-a, que seja feita de forma rápida e massiva, que respeite o meio ambiente, a vida das comunidades tradicionais e que tenha os camponeses como protagonistas.

No FSM, quem estava com um boné ou uma camiseta do MST era logo cumprimentado e elogiado. Foi animador observar como tanta gente pelo mundo afora conhece, respeita e admira o MST[2] e quer ser solidário com uma luta que conquistou o respeito pela seriedade e compromisso. Aumenta o nosso compromisso com esse movimento social que há tanto luta pela Reforma Agrária integral, nos moldes propostos pela Constituição de 1988, interpretada a partir dos princípios fundamentais.

13 – LINUX
O Software livre

Em Caracas, muitas vozes se levantaram em defesa do Softwear livre, o LINUX. Ficamos sabendo que até a Microsoft, a NASA e o governo dos EUA estão usando esse modelo de softwear. Em Uberlândia, sob iniciativa de um vereador, foi aprovada e sancionada uma lei que obriga a prefeitura a usá-lo. Só na instalação houve uma economia de 50 mil dólares. Devemos lutar pela aprovação de lei como esta em todos os municípios, órgãos governamentais, ONGs, entidades e igrejas. É uma forma de caminhar a passos largos na inclusão digital.

[1] Cf. o livro *Vidas roubadas*, sobre trabalho escravo.

[2] Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

14 – Solidariedade aos 4 estudantes da UFMG

Em Caracas, no VI FSM, o sentimento que tivemos, após tomarmos conhecimento do acidente com o ônibus dos estudantes da UFMG que iriam participar do Fórum, foi o da permanente ausência física dos jovens companheiros, no entanto, sentimos a presença viva e marcante deles no nosso meio, nos mesmos sonhos. Assumimos, assim, o compromisso de redobrar os esforços na luta, porque eles continuam vivendo de forma plena, e também em nós. Somaram suas vidas a de tantos mártires pela liberdade. O sangue deles corre, agora, em nossas veias.

Aos parentes e amigos lembramos que se a morte é algo irreparável, há de se entender e dar continuidade ao sonho de quem partiu desta vida lutando por um mundo melhor. Quando sentirmos saudade deles, lembremo-nos da miséria dos milhões de crianças, velhos, dos jovens sem perspectiva de trabalho, doentes e analfabetos explorados pelo sistema capitalista. Por todos estes lutavam nossos queridos jovens.

"Não podemos esperar mais!", afirmou Hugo Chávez, ao falar para os milhares de participantes do VI Fórum Social Mundial em assembléia no estádio Poliedro. Se passarmos os olhos por toda a América Latina, veremos que o nível de exploração capitalista e o avanço do neoliberalismo chegaram ao limite.

Aumenta a nossa indignação saber que milhares de camponeses colombianos são expulsos de suas terras diariamente pelas milícias paramilitares. Milhares são assassinados, vítimas de um regime neofascista. Contra esses o governo estadunidense não impõe o respeito aos direitos humanos.

O compromisso de solidariedade que assumimos não se restringe às famílias que perderam os seus entes queridos, mas também aos demais integrantes da comitiva da UFMG que passaram por horas intermináveis de angústia e dor em um país estrangeiro. Tudo isso obriga-nos a assumir a luta dos milhões de trabalhadores sem terra em todo o continente, a luta contra a perpetuação do latifúndio no Brasil, pelo fim do trabalho escravo nas plantações de cana de açúcar, nas carvoarias, pelo fim do desmatamento da Amazônia. O compromisso com tantas crianças que perdem a vida tão prococemente nas favelas, no trabalho degradante antes do tempo. A luta incansável contra a concentração de riquezas e a opção pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Contra o modelo de desenvolvimento capitalista falido no mundo inteiro causador de outras tantas gerações de desnutridos e analfabetos. Pelo fim da mercantilização da educação ou da manutenção de um péssimo ensino público, acrítico, que nega o direito à aquisição do conhecimento tão necessário a uma vida digna e cidadã. Universalizam-se diplomas e não conhecimento.

Sejamos solidários com o povo boliviano, tão expropriado, mas que, agora, se levanta com a eleição do primeiro presidente indígena para poder usufruir as enormes reservas de riquezas naturais e caminhar de forma soberana.

Nenhuma vida se perde em vão! O sonho de **Pedro, Roberto Tadeu, Taís e Thiers** é o que respiramos em Caracas, no VI FSM. Muitas iniciativas concretas de libertação estão em curso em toda a América Afrolatíndia. A eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia nos enche de esperança. De fato, um outro mundo possível está sendo construído.

Cidadãos cubanos procuram ensinar como viver uma vida de amor ao próximo, de solidariedade sem fronteiras e de desprendimento. São 20 mil médicos cubanos alavancando uma revolução no sistema de saúde na Venezuela. O povo cubano continua aguerridamente resistindo ao bloqueio e ao modelo hegemônico do norte. O povo venezuelano, sob a liderança do presidente Hugo Chávez, está empreendendo um processo de libertação muito promissor.

Aos lutadores que doaram a vida e aos que tiveram interrompido o sonho de participar do Fórum propomos que, mesmo com o sentimento de perda, ao invés do vazio da saudade, agradeçamos a Deus por termos no Brasil tantos jovens que acreditam e lutam por um "Outro Mundo Possível", socialista, democrático-participativo e solidário! Que a luz, a vida e a grandeza de Deus, existentes em nós, brilhem sempre na lembrança de **Pedro, Roberto Tadeu, Taís e Thiers**. Que a vida desses jovens possa ser motivo de agradecimento a Deus pelo tempo que estiveram conosco e foram presentes para nós aqui na Terra. Que o seu exemplo de luta e opção política sejam nossos guias para toda a vida!

15 – E agora, José?

Em um Fórum Social Mundial conhecemos pessoas verdadeiramente humanas e lutas libertárias que, como árvores mães, vão construindo, dia-a-dia, em todos os cantos e recantos "Um Outro Mundo Possível", necessário e urgente. Esse novo mundo, portanto, já está sendo construído.

Temos de defender agüerridamente os povos e os projetos transformadores de Cuba, Venezuela e Bolívia. Primeiro, porque sãos povos que estão em processo de libertação, lutam com destemor contra o imperialismo e a opressão capitalista neoliberal. Segundo, porque se estes países, ora estrelas socialistas cintilantes, forem sufocados, as trevas da indiferença pelo ser humano cobrirão toda a terra e estaremos em mais uma grande noite escura, sem a luz da utopia.

Deu para sentir que a integração político-econômico-social e cultural dos povos latino-americanos está em curso, de baixo para cima, com respeito à autodeterminação de cada povo. A cada Fórum aumenta o número de pessoas e entidades participantes. Afirma-se a convicção de que "Um Outro Mundo Possível" há se ser Socialista. Capitalista, jamais!

Gilvander Luís Moreira: Frei Carmelita, mestre em Exegese Bíblica, professor de Teologia e assessor da CPT, CEBs, SAB, CEBI e MST.
E-mail: gilvander@igrejadocamo.com.br
Endereço do autor:
Rua Grão Mogol, 502 - Carmo Sion
30310-010 BELO HORIZONTE - MG

Delze dos Santos Laureano: Mestre em Direito Constitucional, Professora de Direito Agrário da Faculdade Dom Hélder Câmara, advogada participante da RENAP - Rede Nacional dos Advogados Populares.
E-mail: delzesantos@hotmail.com
Endereço da autora:
Rua Sergipe, 1167/sala 1003 - Funcionários
30130-171 BELO HORIZONTE - MG

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1- Você acompanhou, de alguma maneira, a VI edição do Fórum Social Mundial? Qual é a sua impressão sobre este evento?
2- Quais são, na sua apreciação, as principais contribuições deste Fórum para o processo de transformação social e de construção de um *outro mundo possível*?

CRB

Impresso
Especial
050200140-2/2002 - DR/RJ
CRB
...CORREIOS...

Quadro Programático da CRB
2005-2007

Horizontes

1. Uma espiritualidade evangélica que potencialize para o testemunho da partilha, para a profecia e anúncio missionário, e para acolher as mudanças necessárias, frente aos novos tempos.
2. Vida Consagrada como sinal do Reino de Deus na opção preferencial, audaciosa, solidária e transformadora pelos empobrecidos e excluídos.
3. Afirmação da identidade da Vida Consagrada no seu compromisso e missão com a causa da justiça, da paz, da reconciliação, sendo esperança para a vida do mundo, no seguimento de Jesus.
4. Vida Consagrada como espaço de novas relações, particularmente de gênero, de etnias, de gerações e ecológicas.

Prioridades

1. Avançar na construção de alianças intercongregacionais na formação, missão, projetos comuns, e em parceria com organizações afins.
2. Dinamizar o processo formativo para ser presença profética e testemunha de esperança diante dos desafios da realidade de hoje.
3. Assumir as interpelações das novas gerações em seus dinamismos, exigências e potencilidades.
4. Incentivar a vida fraterna e sororal em comunidade como espaço de testemunho evangélico, na interculturalidade.
5. Cultivar uma mística enraizada na Palavra de Deus como fonte de coragem para responder aos desafios atuais.
6. Resgatar de forma criativa a inserção em meios populares, bem como a missionariedade em regiões carentes, no mundo urbano, *ad gentes* e em realidades emergentes.

Realces

1. Potencializar uma formação humanizante com particular atenção aos desafios atuais e questões de identidade, liderança, poder e relações na Vida Consagrada.
2. Fomentar uma economia solidária e partilha de recursos humanos e materiais, em vista de um testemunho mais efetivo.
3. Buscar a comunhão com a CNBB, a integração com a CLAR e o diálogo com as novas formas de Vida Consagrada.
4. Cultivar a consciência crítica e o discernimento evangélico que tornem a Vida Consagrada capaz de posicionar-se com determinação diante das situações de injustiça na sociedade.
5. Dar prosseguimento ao processo de sensibilização da Vida Consagrada para questões emergentes, de modo particular vindas da juventude e as novas formas de animação vocacional.